EMIGRAÇÃO DE VIANA DO CASTELO PARA O BRASIL NO SÉCULO XIX COM EMISSÃO DE PASSAPORTE

Henrique Rodrigues*

1. INTRODUÇÃO

O fenómeno migratório, especialmente no século XIX e no concernente ao fluxo direccionado para o Brasil[1], atravessou longitudinalmente a sociedade oitocentista, teve repercussões conjunturais, com efeitos estruturais[2], envolvendo desde o indivíduo que se ausentou à esposa que ficou em casa, ou a mulher que permaneceu na aldeia a cuidar das terras, a mãe que arcou com o ónus da educação da prole, responsabilizando-se pela gestão das lides agrícolas e do património familiar.

A sociedade preparou-se e adaptou-se às mudanças resultantes destes êxodos, com reflexos profundos e visíveis em determinados grupos socioprofissionais e culturais, cujas marcas físicas mais palpáveis se encontram na geografia do património arquitectónico, além das remessas financeiras que chegavam a Portugal[3].

* Investigador do CEPESE e Professor do Ensino Superior

[1] Este texto, com ligeiras adaptações e as devidas correcções, corresponde a uma versão sintetizada de um subcapítulo da nossa dissertação de doutoramento: RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no século XIX, Contextos Migratórios Sócio-Culturais e Familiares*. Porto: FLUP, 2003, Tomo I, pp. 222-304.

[2] Se está implícita toda a dinâmica da estrutura demográfica, cujos efeitos são visíveis no respectivo envelhecimento da população, com a fuga dos mais novos e mais aptos, operam-se alterações em vários domínios; contudo, o retorno e as remessas também emergem neste contexto dos benefícios imediatos, «considerando o caudal abundante de dinheiro que o Brasil tem despejado por via dos emigrantes portugueses» refere MARTINS, Oliveira – *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 1956, p. 215. Sobre as mesmas questões ver: EVANGELISTA, João – *Um Século de População Portuguesa, (1964-1960)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Demográficos, 1971; SILVA, Fernando Emygdio da – *Emigração Portuguesa*, Coimbra: França e Arménio Livreiros Editores, 1917; MARTINS, Oliveira – *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa: Guimarães Editores, 1956, pp. 205-264; COSTA, Afonso – *Estudos de Economia Nacional I, o Problema da Emigração*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1911; LARANJO, José Frederico – *Theoria Geral da Emigração e sua Aplicação em Portugal*, tomo I, Coimbra: Imprensa Literaria, 1878.

[3] Para uma abordagem a esta problemática consultar ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: edição de autor, 1994, pp. 258-286; PEREIRA, Miriam Halpern – *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Lisboa: Regra do Jogo, 1981, pp. 36-47. PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2.ª edição. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983; pp. 253-264. Para a década de oitenta do século XIX, sobre o movimento da banca, ver *Anuário Estatístico de Portugal, 1885*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, pp. 539-558. Sobre a correlação entre as remessas dos emigrantes e a balança de pagamentos, a partir de 1891, assim como o câmbio da libra em moeda portuguesa (réis/escudos), e entre o Rio de Janeiro e Londres, temos: MATA, Maria Eugénia – *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa, 1891-1931*, «Cadernos Revista de História Económica e Social n.º 8». Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987; SALAZAR, António de Oliveira – *O Ágio do Ouro e outros Textos Económicos*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.

Para os princípios do século XIX, acreditava-se que não havia fontes capazes de proporcionar uma visão quantitativa, pois as estatísticas oficiais disponíveis partiam de meados de oitocentos, por isso trabalhava-se de forma impressionista, sobre projecções e conjecturas, com recursos a fontes impressas[4], por falta de números capazes de permitirem uma visão mais realista.

Foi Eugénio dos Santos quem nos sensibilizou para a investigação sistematizada e centrada nos *Livros de Registos de Passaportes*. Também nos despertou para o valor qualitativo e análise dos respectivos *processos* de aquisição das licenças de embarque, uma massa documental volumosa, existente no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC), formada por centenas de milhares de documentos[5] . Iniciámos, em 1987, a primeira abordagem a estas fontes e alertámos a comunidade científica para o valor de tais *corpus*, sublinhando a sua importância para o estudo da mobilidade documentada, desde o início da criação dos Governos Civis[6], em 1835, até à actualidade.

---

[4] Para Viana e para o Porto, Rodrigues de Freitas fornece os números relativos a 1855-1865. Importa sublinhar que, relativamente a este período, os registos de passaportes emitidos em Viana do Castelo diferem dos números apresentados por Rodrigues de Freitas. Ao contabilizarmos os embarques de naturais do Alto-Minho apurados por Jorge Alves, comparativamente ao mesmo período, com licenças solicitadas no Governo Civil do Porto, o fosso é ainda maior, sendo as saídas por Viana próximas de quatro mil indivíduos, mas Rodrigues de Freitas regista 1677. O confronto dos números fornecidos por este investigador (Jorge Alves) e pelo autor referido, para o Porto, também divergem em vários milhares de saídas; neste caso, as que Rodrigues de Freitas aponta são muito superiores. Para percebermos que os elementos fornecidos carecem de melhor análise, basta lembrar que nos é indicado como destino o Rio de Janeiro, na quase totalidade dos vianenses; ora, em boa verdade, os registos de passaportes, juntamente com os respectivos processos, dão-nos um quadro totalmente diferente, porque o Pará, Pernambuco, Baía, Rio Grande do Sul, entre outros estados, estão bem identificados nas fontes que compulsámos, onde constam as direcções pretendidas pelos emigrantes, com mais de duas dezenas de casos relativamente a cada uma destas áreas. Assim, torna-se urgente trabalhar toda a documentação sobre a problemática, no sentido de se apurar mais informações e imprimir maior rigor ao estudo da emigração do século XIX e primeira metade da centúria seguinte. Ver FREITAS, J. J. Rodrigues de – *Notice sur le Portugal*. Paris: Imprimerie Administrative de Paul du Pont, 1867, pp. 10-11; ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros, o.c.*, p. 359, RODRIGUES, Henrique – *Emigração e alfabetização, o Alto Minho e a miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil, 1995, pp. 195-197. Situação idêntica à que acabámos de descrever, face aos naturais do Alto-Minho, é visível nas saídas com passaporte obtido no Porto e em Viana, onde há mais de quatro mil e cem elementos no lustro de 1870 a 1874, dos quais duzentos e cinquenta e oito foram à primeira cidade (Porto) requerer a licença, mas Gerardo Pery, baseando-se nas informações remetidas pelos consulados do Brasil ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, assinala, neste quinquénio, 3183 casos. Tais números também diferem para os anos de 1870 e 1871, dos registados no *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portugueza, pela Commissão da Camara dos Senhores Deputados*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 494. Situação semelhante ocorre relativamente ao Porto para o mesmo período, conforme pode ser constatado em: PERY, Gerardo – *Estatística Geral de Portugal e Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875, p. 93; ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros o.c.*, p. 359. Confirma-se que a *estatística de Rodrigues de Freitas*, peca por defeito e que ao diferirem dos «*que encontramos no Archivo Nacional, do Rio de Janeiro*» diz que permite «*calcular em 1/3 a fracção da emigração que se esquivou às malhas da lei*». Nós, ao apurarmos outros números de saídas legais, inferimos da existência de uma redução substancial do fluxo clandestino (SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa, Sondagem Histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, pp. 33 e 37).

Estudar o total de saídas, procedendo a cálculos com recurso a fórmulas estatísticas, cientificamente correctas, permite a obtenção de estimativas correlacionadas com os movimentos que ocorreram em determinado ano ou período e relativamente a um espaço geográfico específico. Quando se contabiliza o número de passageiros, ignorando as pessoas, só podemos calcular o total de travessias, desconhecendo se esses indivíduos obtiveram um ou mais passaportes. Sem procedermos a uma investigação de micro análise, não se conseguem apreender os verdadeiros contextos sócio-familiares, culturais e mentais dos núcleos domésticos de onde emerge quem interveio na diáspora. Assim, reduzidos aos volumes de viagens, ficamos com cenários impressionistas sobre o verdadeiro número de emigrantes[7], porque se trata de embarques, cujos protagonistas podem ter feito várias travessias num determinado período, seja passado um ano, seja intervalado por uma década, ou mais tempo.

Impõe-se uma nova atitude científica aos investigadores que se debruçam sobre esta problemática, especialmente para o século XIX e até

---

[5] O Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC) encontra-se nas instalações desta instituição em boas condições de conservação. Há livros de registos de passaportes até à década de setenta do século XX e os processos de requisição formam um corpo importante, devido às informações que contêm sobre os impetrantes, como cartas escritas pelos emigrantes endereçadas à família, geralmente pelo marido que se comunicava com o lar, dirigindo as missivas à esposa, ascendentes, filhos, irmãos e outros familiares.

[6] Após a implantação definitiva do Liberalismo – a partir da lei de 25 de Abril de 1835 e, depois, com o decreto de 18 de Julho do mesmo ano – instaura-se um novo sistema administrativo, centrado na figura do Governador Civil. Esta autoridade era responsável pela concessão de passaportes para o exterior. Para o Alto-Minho, relativamente à divisão administrativa, veja-se o nosso trabalho: *Espaço Geográfico da Ribeira Lima na Reforma Administrativa de 1832-36*. Separata de «Estudos Regionais», n.º XIII/XIV, Viana do Castelo, 1994, onde se faz menção à respectiva bibliografia sobre a temática. Importante, relativamente a esta problemática, é a obra: *Governos Civis, mais de um Século de História*. Lisboa: Ministério da Administração Interna/Secretaria Geral, [1994].

[7] A questão dos volumes será sempre difícil de apurar com rigor absoluto, quer devido à existência de clandestinos, quer por haver abordagens sem o cruzamento de várias fontes nominativas e, ainda, porque é necessário rever as fontes sobre emissões de passaportes a partir de 1835. Sobre esta questão temos o trabalho de BAGANHA, Maria Ioannis B. – *Uma Imagem Desfocada: a Emigração Portuguesa e as Fontes Portuguesas sobre Emigração*, in ROEL, Antonio Eiras (coordinador) – *Emigración Española y Portuguesa a América, (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Historica*), vol. 1. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 161-174. A autora faz cruzamento de partes de *corpus* documentais dos distritos açorianos e americanos para determinados momentos. A metodologia é interessante e projecta conjecturas, com as quais se pretende concluir que as fontes nacionais, além de incompletas, estão distorcidas. Assim, chama a atenção para uma revisão dos números, tendo em conta o segmento clandestino, que será sempre uma simples estimativa, no caso das saídas para o Brasil e para o século XIX. Sobre esta questão, veja-se ainda LEITE, J. Costa – *Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)* in «Análise Social», terceira série, vol. XXIII, n.º 97. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp. 463-480; PEREIRA, Miriam Halpern – *Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa*, in «Análise Social», terceira série, vol. XXV n.º 108-109. Lisboa: Instituo de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1900, pp. 735-739.

[8] Além dos primeiros passos encetados por nós, para uma análise à emigração no século XIX- com objectivos académicos bem específicos, cujo resultado foi a dissertação com o título: *A Emigração do Alto-Minho, 1835/1860 – A Miragem do Brasil*. Porto: FLUP, 1991 – coube ao Professor Jorge

meados da centúria seguinte, adoptando metodologias semelhantes às que têm vindo a ser implementadas nos projectos de investigação desenvolvidos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Trata-se de estudos pormenorizados através da documentação respeitante a quem requereu licença. Desta forma, é possível o cruzamento de várias fontes, onde se analisa o maior número de elementos. Assim, multiplicamos as variáveis que permitem novos estudos[8] e proporcionam abordagens diferentes e multifacetadas, quer no domínio da demografia histórica[9], centrando-se no indivíduo, na família, nas redes de solidariedade e nas dinâmicas socioculturais e profissionais.

É neste contexto, com recurso aos *Livros de Registos de Passaportes*, que estudamos a Emigração do Noroeste de Portugal no século XIX, observada numa perspectiva onde operam novas variáveis e se estudam aspectos socioculturais e de alfabetização de quem obteve assentimento para atravessar legalmente o Atlântico em direcção ao Brasil e outras paragens.

Neste texto, abordaremos alguns aspectos deste fenómeno demográfico, tentando descobrir quem partiu, quando o fez, que características exibem os fluxos relativamente à distribuição por sexo, idade e mesmo os níveis de alfabetização dos portugueses do século XIX que embarcaram com documentos, quase sempre para terras de Vera Cruz.

2. MOBILIDADE ANUAL E FLUXOS

A mobilidade com passaporte emitido no Governo Civil do distrito de Viana do Castelo, ocorrida entre 1835 e 1900, apresenta um perfil demográfico cuja evolução é marcada por intensos caudais a meados da década de setenta e por um volume compacto e bem expressivo nos últimos decénios

---

Fernandes ALVES – com *Os Brasileiros, Emigração e Retorno, o.c.* – a abertura de um ciclo de perspectivas novas sobre estas questões, que ainda continuam em aberto. Acresce, a tais dinâmicas, o esforço do Professor Fernando de Sousa da FLUP, um dos primeiros impulsionadores dos estudos nesta área. Também destacamos a dissertação de LOPES, Maria Teresa Braga Soares – *Emigração Legal Portuguesa no Distrito de Aveiro, 1882-1894*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. O estudo dos passaportes também teve um bom acolhimento, para o cruzamento de dados relativamente à demografia histórica, sob incitamento de Norberta Amorim, contudo é imperioso que se proceda a uma reavaliação desta fonte, por forma a que se clarifiquem as saídas documentadas e, entre elas, os emigrantes que partiram e não voltaram ao local de obtenção de segundas licenças. Cremos que, desta forma, é possível rever a questão dos números, através do estudo centrado nas pessoas que requereram saída legal, sem termos de contabilizar como emigrantes muitos reembarcados pela segunda, terceira e mais vezes (reemigrantes). Este problema levou-nos a trabalhar o fenómeno migratório sob múltiplas vertentes e ao mesmo tempo a analisar separadamente os que só aparecem uma vez a impetrar documentos de viagem, simultaneamente revemos o perfil do homem de sucesso, o "torna viagem", acompanhando-o na evolução sócio-profissional e cultural.

[9] Pretendemos, a breve prazo, organizar uma base de dados que cobrirá todo o século XIX e as primeiras décadas da centúria seguinte. Neste momento possuímos cerca de trinta e quatro mil registos de passaportes.

da centúria.

A distribuição de indivíduos que só obtiveram uma licença durante este período, de quem sabemos que fizeram uma viagem ou seja, de quem não encontrámos registo de outra passagem ao longo do século XIX, é pouco expressiva até meados de oitocentos[11]. O volume, até 1850, corresponde a cerca de cinco por cento deste movimento. Nos dez anos seguintes, o valor está próximo dos nove pontos percentuais. Este crescimento das saídas documentadas não foi significativo nos anos sessenta, pois o ritmo pouco acelerou, tendo contribuído com 10,9% de indivíduos com uma autorização de viagem. A procura dos serviços do Governo Civil de Viana do Castelo foi desmesurada nos anos de 1874 e 1875, donde resultou, para o decénio[11] o movimento invulgar. Neste ciclo, as ausências são superiores a vinte e nove por cento, relativamente ao período entre 1835-1900. Até 1870, encontrámos 5590 indivíduos a solicitar a obtenção de documentos legais no Noroeste de Portugal, quantitativo ultrapassado nos dez anos seguintes, como o gráfico 1 deixa perceber.

Após uma intensa procura de passagens, opera-se um abrandamento nos ritmos. A média anual dos embarques aponta para mais de quatrocentos movimentos no período balizado entre 1881 e 1890. Este valor correspondente a 18,2% das pessoas que se dirigiram a Viana do Castelo para obtenção de documentos de viagem rumo a outras terras, quase sempre em direcção ao Brasil. Os últimos dez anos do século XIX voltam a revelar uma entusiástica procura de bilhetes de saída, com destaque para as debandadas ocorridas no fim do primeiro lustro da década de noventa[12].

Por períodos, há uma cadência marcada por fluxos intensos nos anos de setenta e de noventa. Deve ser frisado que o caudal apurado a partir de 1871 corresponde a 75% de todo o quantitativo, destacam-se as ocorrências contabilizadas em 1874, 1875 e 1895, anos com mais de um milhar de

---

[10] O retorno seguido de novo embarque é um fenómeno que está muito dependente da celeridade da viagem e do custo das passagens, pois os estímulos provocados pelos vapores, as condições técnicas e o embaratecimento das deslocações têm maior impacto depois de passada a metade de oitocentos. ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros, o.c.*, p. 258.

[11] Ao analisarmos a procedência geográfica do fluxo, apurámos que, num universo inferior a duas mil e quinhentas movimentações, no primeiro lustro da década de setenta, residiam temporariamente em Viana do Castelo mais de dois mil indivíduos originários da Galiza, que se documentaram e partiram para além do Atlântico. Este corrimento acompanha o ritmo nacional e, em parte, decalca um pico muito expressivo neste período, constituído por imigrantes que se tinham fixado em várias terras do Noroeste. Consulte-se, sobre a emigração de galegos, RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no Século XIX, , o.c.,* tomo II, p. 1295-1354; SERRÃO, Joel – *A emigração portuguesa, sondagem histórica.* Lisboa: Livros Horizonte, 1982, pp. 29-37.

[12] Em 1878, no Noroeste de Portugal havia 77% de habitantes iletrados, embora o sexo masculino só contasse com 54,8% de ignaros das letras. Estes valores progridem ligeiramente até à viragem do século, atingindo os 74% de incultos em 1900, entre os maiores de 5 anos. RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no Século XIX, , o.c.,* tomo I, pp. 149-179.

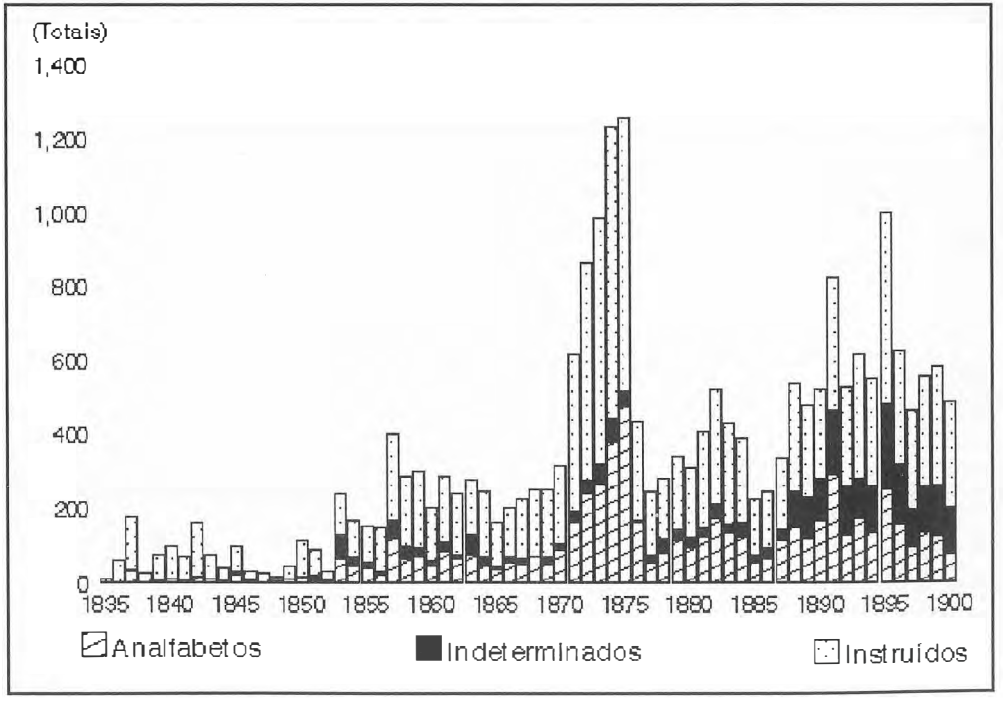
indivíduos a impetrar concessão de papéis de embarque. Noutras ocasiões, os cômputos são mais modestos, andam na casa das oito a nove centenas, como se observa em 1872, 1873 e 1891, fases de grande movimentação de pessoas.

Desta auscultação aos requerimentos de saída oficial resulta um pico proeminente nos anos setenta e um volume constante e homogéneo nos finais de oitocentos, como a figura seguinte ilustra.

Os números que acabámos de apresentar foram estudados de acordo com outras variáveis e orientados, desde o início, pelo método de micro análise, onde intervêm permanentemente os indicadores da alfabetização. Assim, vejamos a composição de tais quantitativos, relativamente às faculdades reveladas por estes actores, ao assinarem ou não os documentos constituintes do processo de aquisição da licença ou simplesmente o respectivo livro de registos de passaporte.

GRÁFICO N.º 1

EMIGRANTES POR ANOS DE AQUISIÇÃO DE PASSAPORTE E ALFABETIZAÇÃO, SAÍDOS ENTRE 1835-1900



2.1- EMIGRANTES INSTRUÍDOS

Se analisarmos o fenómeno por ciclos e abordando o segmento dos escolarizados, descobrimos que a presença do emigrante letrado, até 1850, é surpreendente, ao encontrarmos 85% de indivíduos com capacidades para a leitura e a escrita, tudo numa época em que o analfabetismo era uma mancha dominante na sociedade oitocentista[13].

Notamos um movimento equilibrado nos valores, a partir de meados da centúria. A ausência das marcas de literacia comprovada evidencia uma quebra expressiva nas duas últimas décadas do século, considerando que só há documentos assinados relativamente a 54% dos que embarcaram nesses vinte anos (1851-1870). Esta asserção não significa, para os restantes indivíduos sem referência à alfabetização, a inexistência de tais capacidades, quer devido à idade com que abalaram, quer por termos muitos emigrantes arrolados em licenças colectivas.

Se a década de cinquenta revelou menores cômputos de pessoas com faculdades para firmarem, o mesmo não ocorre na seguinte, onde emergem 64% de impetrantes que deixaram registos individuais do uso da pena. No período imediato, o ritmo dos escolarizados intensifica-se e mostra que entre as saídas havia 67,7% de pessoas com conhecimentos e prática do abecedário.

Globalmente, há um fluxo com mais de sessenta por cada cem embarques de ambos os sexos com frequência do ensino das primeiras letras, enquanto os declarados como ignorantes da escrita correspondem a 26,8%. Os restantes 12,4% pertencem aos que não anunciaram se possuíam ou não competências deste nível. São as evasões ocorridas na década de setenta, especialmente nos primeiros cinco anos, que correspondem a valores absolutos mais expressivos.

Ao explorarmos as percentagens por anos, relativas a todos os movimentos, apurámos que os momentos menos expressivos, quanto à presença de letrados, correspondem a 1853, 1890 e 1896, datas em que os valores ficam abaixo dos cinquenta pontos[14], respectivamente com 47,9%, 46,4%, e 49%. Ou seja, é na década de noventa que estão arquivados, em relação a cada período de doze meses, os indicadores mais depauperados da

---

[13] Em 1878, no Noroeste de Portugal havia 77% de habitantes iletrados, embora o sexo masculino só contasse com 54,8% de ignaros das letras. Estes valores progridem ligeiramente até à viragem do século, atingindo os 74% de incultos em 1900, entre os maiores de 5 anos. RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no Século XIX, , o.c.,* tomo I, pp. 149-179.

[14] A fonte, para a década de 1850, especialmente nos anos de 1851-53, com destaque para este último, mostra-se vulnerável, porque não se conservaram, nem se encadernaram estes livros. Assim, nós conseguimos reconstituir quantitativamente os valores, sem termos identificado quem emigrou. Cf. RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, o.c.,* p. 49 e p. 62.

alfabetização de quem abalou rumo ao Brasil, devido ao embarque de mulheres e crianças. Face ao registo da incompetência para gizar o nome, o cenário global não apresenta a mesma correlação, se considerarmos que os números relativos têm mais impacto no biénio 1875/1876, anos onde os requerentes declaradamente desprovidos dos saberes escolares andam à volta de 37%. Prova-se que aos períodos de maior volume de emissões de passaportes correspondem mais saídas de indivíduos incapazes de assinar. Mas, quando a circulação é menos intensa, o nível qualitativo revitaliza-se, chegando a atingir valores surpreendentes, como registámos anteriormente.

Façamos uma análise de pormenor aos que demonstraram talento para comunicação através das letras. Nos primeiros anos de emissões de licenças, este conjunto de indivíduos, com um só documento de viagem, é composto pelos mais habilitados e apresentam cômputos situados entre os oitenta e os noventa e oito por cento com o nome firmado pelo próprio punho, entre os fluxos anuais. Ao mesmo tempo, apurámos que os desprovidos de tais proficiências nunca atingem a fasquia dos 38%, como referimos. Tais saídas, de pessoas ignaras, sem "habilitações escolares", centram-se na década de oitenta, a que se juntam os saídos entre 1874-1875, fase detentora do maior pico da corrente. Também emergem, para 1891, indicadores de algum empobrecimento deste cenário, o que já não ocorre em 1895, momento em que há a circulação de mais de um milhar de passageiros, embora só tenham ficado arquivadas 51,7% de processos assinados. Na verdade, este quadro decorre da presença de acompanhantes, não titulares de passaportes, de quem desconhecemos o perfil escolar, tendo estes viajado na companhia de outras pessoas adultas, quase sempre elementos do núcleo doméstico.

Os indeterminados ao nível da capacidade de grafar formam um bloco com grande impacto em toda a década de noventa, correspondendo sempre a mais de 20%, relativamente a cada ano. Formam-se quadriénios onde se destacam os movimentos de 1892, 1896 e 1900, porque detêm mais de um quarto do embarque de indivíduos sem informação sobre as referidas competências. São migrações colectivas, onde a transferência de lares completos ocupa um lugar de destaque, com a saída de agregados familiares.

Conclui-se que o crescimento absoluto dos números arrasta mais volumes de gente sem instrução nos anos setenta, como se constata pelo gráfico 1. Depois da "recessão" verificada na década de oitenta, os ritmos são mais suaves, se exceptuarmos os correspondentes a 1891 e 1895, anos que lideram os dois lustros do último decénio.

As curvas da ondulação dos caudais dos desprovidos de cultura letrada são muito idênticas às que os instruídos desenham; contudo, o volume dos

letrados cresce e mantém um corpo estável nos cômputos, a partir de 1887. A este conjunto associam-se os não referenciados ao nível do abecedário, como o gráfico referido permite observar. A presença de emigrantes enquadrados no grupo de quem não ficou registo informativo é mais expressiva nos últimos treze anos do período em estudo.

Por fim, apurámos que os instruídos/escolarizados definem o essencial da ondulação de tais movimentos, com uma expressão "desmesurada" nos primeiros cinco anos da década de setenta, o que nos obrigará a olhar com outro pormenor este caudal, assim como os embarques dos finais da centúria.

2.2. ÍNDICES DE ALFABETIZAÇÃO

A distribuição dos letrados ostenta indicadores diferenciados, relativamente aos requisitos de cultura letrada de quem requereu um só passaporte em Viana do Castelo, o que nos levou a analisar este grupo separadamente, pois nem sempre partiram, entre os instruídos, pessoas com um perfil homogéneo[15], quer devido à origem socioprofissional e familiar, quer mesmo no atinente à proveniência geográfica.

Os quantitativos absolutos mostram-nos que o emigrante de assinatura mais apurada, nível 1[16], ostenta representações mais significativas entre 1872-1875, a que se juntam os impetrantes de licença em 1895. Trata-se, como sublinhámos, de anos com valores absolutos situados entre 223 e 333 nomes firmados com esmero caligráfico; ou seja, são pessoas provenientes de um escol socioprofissional bem expresso pelo *ductus* e pelo enquadramento familiar.

Os de patamar mais qualificado (escrita caligráfica) representam, até 1850, cerca de trinta e cinco pontos percentuais. Para a década de cinquenta, descortinámos um ligeiro crescimento deste grupo, fazendo diminuir os de nível dois para os 55%. É nos anos sessenta que desponta a melhor expressão quantitativa entre os que detêm uma matriz de escrita perfeita e harmoniosa. Este cenário manteve-se estável ao longo da centúria, já que, desde 1871 a 1880, os classificados na segunda posição, nível 2, detentores de uma letra considerada corrente, rubricam 56% e, de novo, os valores relativos aos instruídos ganham relevância na parte final de oitocentos.

---

[15] Como veremos, o estatuto sócio-profissional também intervém na definição dos níveis culturais, expressos pela respectiva assinatura, pois os emigrantes classificados pelas actividades que desempenhavam nem sempre correspondem a um grupo com indicadores de instrução semelhantes.
[16] Sobre a problemática dos níveis de assinatura, consultar, com a respectiva bibliografia, RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no século XIX, o.c.*, pp. 234-237.

A distribuição, por anos de emissão de passaporte, exibe, para a década de sessenta, a existência das maiores percentagens de indivíduos escolarizados, tendo os de nível 1 (escrita caligráfica) a melhor representação neste decénio. A estes períodos associam-se os expatriados em 1900, entre os quais há um quadro muito favorável aos que donairosamente sabiam usar a pluma[17].

Os classificados com nível 2 ostentam maior proeminência na década de cinquenta, especialmente desde 1852 a 1855, anos em que as percentagens apontam para mais de sessenta por cento, face aos assinantes pelo respectivo punho.

No decorrer de oitocentos, os detentores de caligrafias aprimoradas ganham notoriedade e realce, relativamente a este conjunto de instruídos, todavia, os totais dão uma margem favorável a quem escrevia com caracteres menos perfeitos. Os que gizaram o nome denotando dificuldades, nunca passam dos oito por cento e houve anos em que estes, os de letra desenhada, disforme e cacográfica, não marcaram presença no seio dos embarcados.

Inferimos que a prática do escrito exibe uma evolução entre os emigrantes, pois encontrámos mais percentagens de indivíduos com indicadores de assinatura "escolarizada" nos momentos em que os fluxos se retraem, enquanto as saídas da década de setenta, sendo mais intensas, exprimem menor grau de alfabetização, opondo-se aos períodos antecedente e subsequente. O conjunto dos que firmaram sem perfeito domínio da pluma, remarcado através da forma do *ductus*, emergem, neste contexto, com pouca intensidade, embora marquem uma presença constante, mas pouco expressiva, ao longo do fluxo.

2.3. TIPOS DE ILETRADOS

Como aconteceu em relação aos que sabiam usar o abecedário, para testemunharem a respectiva autenticidade dos documentos, também os analfabetos declarados foram enquadrados em três áreas: os que desenharam um sinal, geralmente cruciforme; os de quem só existe menção em como não haviam adquirido competências nesta área da cultura letrada[18]; os analfabetos oriundos de espaços domésticos onde havia alguém da família que tinha ido à escola, que viviam inseridos em ambientes de cultura escrita, porque havia

[17] O conhecimento dos códigos com que se processava a técnica de comunicar pela escrita iniciava-se através da aprendizagem da leitura, por isso identificamos os que escreviam como potenciais leitores. Para o século XIX, há documentos que identificam o *ler, escrever e contar* com uma *qualificação literária* que, por vezes, aparece com o valor qualitativo seguinte: *escreve, lê e conta regularmente, sofrivelmente, menos mal, ou bem.* Encontrámos este indicador nas listas de proponentes aos cargos de regedores de Caminha. Cf. A.G.C., *Pasta n.º 238, maço* 4, ano de 1872; *Pasta n.º 274, maço 69*, ano de 1878.

no lar um irmão letrado, um dos progenitores ou eram os próprios descendentes que tinham os punhos aptos para gizar letras[19].

Aqui, consideramos que todos podem ser enquadrados num modelo tipológico. Assim, os de tipo 1, com uma única referência, foram simplesmente identificados com a expressão «*não escreve*», sem outra alusão existente nos documentos compulsados. Além destes registos, há os classificados como analfabetos e optaram por marcar presença física através de um sinal específico de identificação personalizada, tendo pegado na pena para desenhar um símbolo cruciforme ou outra imagem que tinham aprendido a garatujar e com a qual se identificavam[20]. Quando ambos os quadros de referência imergem em cenários familiares onde era praticada a escrita das letras, classificámos com o tipo três; analfabetos que são oriundos de ambientes domésticos escolarizados[21].

Vejamos, antes de mais, a distribuição dos que, à data da emissão da licença[22], não tinham aprendido a manejar a pena, para podermos compará-los com o grupo dos instruídos.

---

[18] Estes emigrantes fizeram constar tais competências através da expressão «*não escreve*». Na década de noventa, quando a estrutura dos *livros de passaportes* se adapta a uma política economicista, com seis ou mais registos numa só folha, se o portador era analfabeto, ficaram anotadas, no lugar da assinatura, as siglas «*N. E.*» Ver, como exemplo, o livro relativo ao ano de 1899/1900, que se encontram num único tomo, no A.G.C. Esta estrutura abarca também os passaportes de 1897 e parte de 1896, situação que não ocorre para o período anterior, cujos assentos tinham um espaço próprio para cada emissão, geralmente dois registos por página.

[19] No seio da própria família, nem sempre a discriminação tem um carácter sexual, como asseverou Ribeiro da Silva, ao apurar que entre irmãos havia analfabetos e outros assinavam com desenvoltura. SILVA, Francisco Ribeiro da – *Barroco e escolarização: taxas de alfabetização no Porto nos inícios do século XVIII*, in «I Congresso Internacional do Barroco», actas vol. II. Porto: Reitoria da Universidade do Porto/Governo Civil do Porto, 1991, p. 457.

[20] Ao avançarmos pela centúria, este forma de identificação, através de uma marca, vai desaparecendo. Depois de 1860, contabilizamos menos de duas centenas de casos, situação diferente da existente na primeira metade de oitocentos. Sobre os tipos e modelos de sinais, onde os há com aspectos barrocos, outros imaginativos, cruciformes e mesmo com indicadores profissionais, além do sino-saimão, veja-se: SILVA, Francisco Ribeiro da – *A Alfabetização no Antigo Regime: o Caso do Porto e da sua região (1580-1650)*, separata de «Revista da Faculdade de Letras - História», II série, Vol. III. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1986. pp. 112-118.

[21] Tal classificação, relativa a iletrados, afigura-se importante, na medida em que a improficiência para a escrita não impedia a partilha de conhecimentos, o que ocorria através da leitura praticada no lar, em voz alta. Assim, o analfabeto assumido, o pai, a mãe, um irmão ou outro membro do agregado familiar, podia coabitar com o escrito, quando qualquer parente tivesse aprendido a ler e escrever. Este cenário sociocultural, vivido pelo grupo doméstico, é importante pela rede de comunicações do escrito e da leitura, através da qual os iletrados tinham acesso, difundindo-se a cultura letrada para além das franjas da literacia.

[22] Ao partirmos de um cenário sincronizado com a data da aquisição dos documentos, não se exclui a hipótese de evolução do processo de aprendizagem, pois muitos emigrantes melhoraram a forma de escrita, passando do modelo caligráfico para a assinatura personalizada e criativa, dois estádios que nós fundimos no nível 1. Também encontrámos analfabetos declarados que, na hora do embarque, acabaram por aprender as letras e a usar a pena, depois de se fixarem no Brasil. Este quadro é observável entre os que regressam e reembarcam, tendo feito mais de uma viagem. Entre todos os passaportes emitidos, há 191 casos dados, numa primeira fase, sem tais aptidões. Mais tarde, tais emigrantes, mostraram aptidões para a leitura e escrita. Há 24 saídos na qualidade de analfabetos declarados os quais,

O maior caudal de iletrados coincide, simultaneamente, com o fluxo mais intenso, o que acontece na década de setenta, onde os anos de 1872-1875 muito se pronunciam; a estes juntam-se outros, no final da centúria, como temos apontado. A imagem a reter, destas saídas de ignorantes do abecedário, revela-nos um quantitativo de pouca monta, até ao fim dos anos sessenta, tendo mesmo evidenciado valores reduzidos a meados deste decénio. Da mesma forma, nota-se, em 1876, uma diminuição no volume de iletrados, cenário presenciado novamente em 1885. De tais ritmos, realça-se a configuração de ciclos onde os analfabetos aparecem, com mais impacto, por volta de 1865, 1877, 1885/86 e 1897, tudo períodos em que os cômputos globais também patenteiam uma quebra nos embarques.

O grupo alinhado pelos que personalizaram um sinal cruciforme nos documentos, (analfabeto de tipo 2) corresponde a cerca de 4,4% dos incultos, números insignificantes, embora se possa asseverar que detêm maior proeminência a meados da centúria e nos anos de 1890/1891. Pouco se oferece para dizer sobre o peso desta categoria[23], que em nada altera o sentido e a tendência dos fluxos.

O registo dos que coabitavam com elementos do núcleo doméstico habilitados para apensar o nome com a pena na licença (tipo 3), como os casos anteriores, aparece representado por valores quase ínfimos, correspondendo a 2,2%. Foi nos anos de 1872 e 1898 que descobrimos mais casos pertencentes a este quadro sociocultural e familiar. Eram, quase sempre, pais analfabetos que tinham escolarizado os filhos.

---

posteriormente, conseguiram aprender a ler e a escrever, revelando uma evolução de nível cultural importante para a comunicação com a família. Neste contexto, estão as instituições de apoio educativo, como o Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, São Salvador da Baía, Pernambuco, o Liceu Literário Português, associações constituídas por pessoas capazes de ensinar os que muito necessitavam ler e escrever para a família. Cf. OLIVEIRA, Cândido – *Três Épocas, um pouco de História do Liceu Literário Português*. Rio de Janeiro: Liceu, 1956, p. 15; Sobre emigração e leitura ver PAULO, Heloisa – *O Emigrante e a Leitura, a Colónia Portuguesa do Brasil e as suas Publicações*, in «Revista de História das Ideias» volume 20. Lisboa: Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, pp. 421-444. SILVA, Fernando Emygdio da – *Emigração Portuguesa*, *o.c.*, pp., 279-284. Sobre os exemplos de emigrantes incultos que vieram a atingir um patamar de conhecimentos destacáveis, bons escritores, veja-se o exemplo descrito por ALVES, Jorge Fernandes – *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista*, in «Revista de História das Ideias» volume 20, Lisboa, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, pp. 294-296.

[23] Se a mulher não marcava a comparência através deste processo de firmar, também o homem abandona o *sinal de cruz* depois de meados de oitocentos. A assinatura a rogo ganha espaço nestes quadros em que se assinalava a respectiva presença por intermédio de uma outra pessoa letrada. São vários os documentos com assinaturas onde se observa esta evolução.

2.4. EMIGRANTES SEM REFERÊNCIA AO GRAU DE INSTRUÇÃO

O gráfico 1 apresenta, ainda, um grupo que classificámos como "indeterminado" relativamente a tais capacidades intelectuais, porque desconhecemos se eram ou não instruídos, ou se atingiram ou não o patamar da alfabetização. Estes correspondem à maior fatia de não titulares de passaportes, porque não tinham obrigação de confirmar, pelo próprio punho, a respectiva presença nos serviços administrativos do Governo Civil. Entre eles, dominam as crianças sem idade escolar[24]. Trata-se de emigrantes saídos com o núcleo familiar, geralmente crianças com menos de cinco anos de idade.

Organizámos, para estes indivíduos, duas variáveis: os que emergem de quadros de parentesco sem nada que os permita correlacionar com os elementos de cultura escrita, identificados com tipo 4; aqueles que, não tendo sido referenciados quanto às capacidades de assinar, tinham alguém na esfera doméstica conhecedor das letras, porque os pais firmaram documentos, ou porque seguiram viagem com algum elemento do lar que assinalou, pela própria mão, o respectivo nome. Atribuímos o tipo 5 a estes casos. Desta forma, ao criar duas facetas para análise, podemos configurar cenários familiares, especialmente daqueles que coabitavam com parentes capacitados com estas competências, os quais tinha acesso, pela via oral[25], à cultura do livro[26], coabitando em espaços físicos e sócio-familiares onde o abecedário

---

[24] Se nós encontrámos listas de alunos com idades a partir dos cinco anos, existem outros casos cujo início da frequência escolar ocorria pelos quatro anos, como revela ADÃO, Áurea – *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras, Escolas Régias (1772-1794*). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 336.

[25] Poderíamos falar de espaços da prática e da socialização do escrito, onde emergem os pólos familiares da cultura letrada, partilhada por todos os membros no lar, porque se ocultam as habilidades para a leitura de acordo com os vários tipos de letra, como nos sugere FRAGO, Antonio Viñao – *Alfabetización, Lectura y Escritura en el Antiguo Régimen (siglos XVI-XVIII),* in ESCOLANO, Agustín (dirección) – *Leer y Escribir en España, Doscientos años de Alfabetización.* Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992, pp. 45-46.

[26] Vários estudos sobre esta problemática podem ser consultados, todavia, destacamos as seguintes obras: REBELO, Carlos Alberto – *A Difusão da Leitura Pública*. Lisboa: Campo das Letras, 2002. RODRIGUES, Ernesto – *Cultura Literária Oitocentista.* Porto: Lello Editores, 1999; GUEDES, Fernando – *O Livro e a Leitura em Portugal, subsídios para asua História, séculos XVIII-XIX.* Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1987; FRAGO, Antonio Viñao – *Leer y Escribir, Historia de dos Práticas Culturales.* México: Fundación Educación, Voces y Vuelos, 1999; DARNTON, Robert – *Gens de Lettres Gens du Livre.* Paris: Éditions Odile Jacob, 1992; ESCOLANO, Agustín (dirección) – *Leer y Escribir en España, Doscientos años de Alfabetización.* Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992; DADSON, Trevor J. – *Libros, Lectores y Lecturas.* Madrid: Editorial Arco/Libros, 1998; BOTREL, Jean-François – *Libros, Prensa y Lectura en la España del Siglo XIX.* Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993; SAÉZ, Carlos e GÓMEZ-PANTOJA, Joaquín (Editores) – *Las diferentes Historias de Letrados y analfabetos.* Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 1994; CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger – *Storia della Lectura.* Roma: Editori Laterza, 1995; CHARTIER, Roger – *Lectures, Lecteurs et Litteratures "populaires" en Europe a la Renaissance*, in *Escribir y*

circulava, quer pela leitura, ou mesmo através da escrita de cartas, ou comprovado através da assinatura de documentos oficiais[27].

O gráfico 1 ajuda a divisar a distribuição destes cenários. Devemos frisar que estamos perante ausências maioritariamente centradas na última década da centúria, mas de impacto discreto até 1888. Este fluxo corresponde a pouco mais de 12,3%, todavia, nos últimos treze anos de oitocentos, deslindamos a presença de 22,5% com tal perfil. Como sublinhámos, este quadro decorre do embarque de famílias e, especialmente, de mães com os respectivos filhos, que se abeiram do cabeça-de-casal fixado no Brasil. Sublinhe-se, ainda, que os de tipo 4, que coabitavam com alguém escolarizado da mesma estirpe, correspondem a 58,2%, entre os documentados depois de 1887, o que bem caracteriza o perfil do acompanhante de outros membros instruídos, tendo eles acesso à cultura escrita através da difusão que tais parentes poderiam desenvolver.

A imagem distributiva evidencia, a partir de 1850, a presença de emigrantes sem referência ao estado de alfabetização, cujos volumes se mantêm num plano de pouca proeminência, contudo, com boa expressão, até 1875, a favor dos identificados pelo *tipo 4*. Quando o movimento desponta com uma relação às redes de solidariedade doméstica, onde dominam os fluxos de pessoas da mesma linhagem, aumentam os quantitativos de saídas de "indeterminados", os quais acompanham os membros do lar detentores de tais competências, a de gizarem o próprio nome. Para este grupo, temos os anos de 1895/96 na liderança dos números, o que se correlaciona com os cômputos gerais de embarques.

Importa sublinhar que os classificados com os tipos 4 e 5, emigrantes de quem se ignora se eram capazes ou não de firmar, correspondem a uma percentagem superior a doze pontos e, entre estes, mais de mil e seiscentos são provenientes de núcleos domésticos onde o escrito era uma realidade, como os documentos analisados nos demonstram.

3. EMBARQUES POR ESTADO CIVIL

O estado civil destes emigrantes exibe uma evolução onde ressalta o domínio dos celibatários. Ao longo do período, os que tinham viajado inseridos em movimentos de famílias, donde emergiam as responsabilidades conjugais,

---

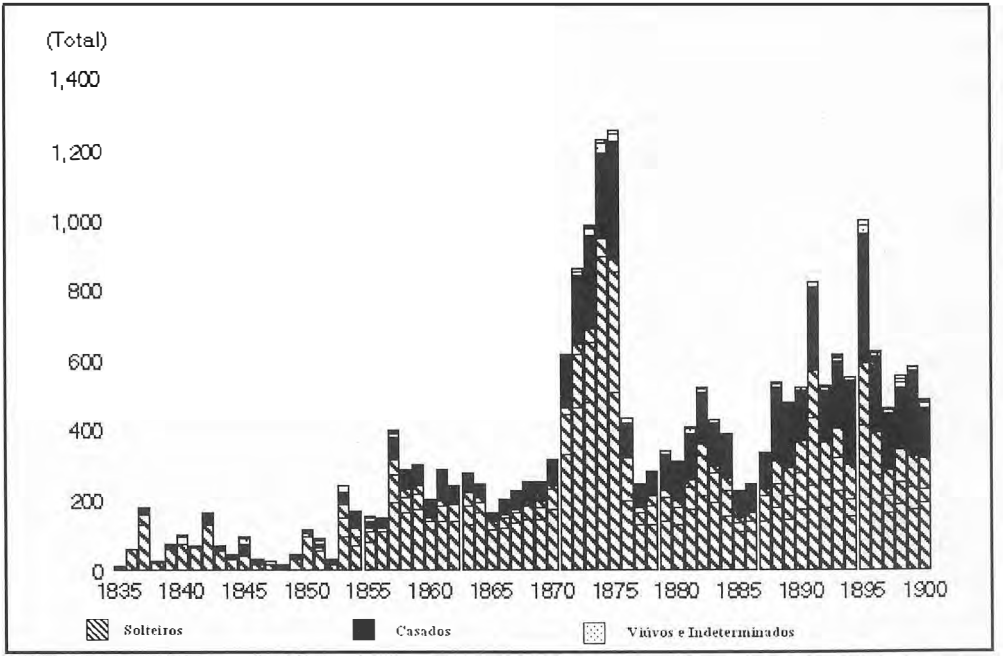
Leer en Occidente. València: Departamento de Historia de la Antigüedad y de la Cultura Escrita/ Universidad de València, 1995; CHARTIER, Roger (coordenador) – *As Utilizações do Escrito*. Lisboa: Difel, 1998.

[27] FRAGO, António Viñao – *Leer y Escribir, Historia de dos Práticas Culturale*. México: Fundación Educación, Voces y Vuelos, 1999, pp. 117-131.

crescem paulatinamente e, ao mesmo tempo, os solteiros perdem peso quantitativo. No conjunto, há mais de setenta por cento de embarques onde dominam os que deixaram a terra sem terem assumido funções de progenitores, porque não contraíram matrimónio. Os consorciados perfazem 26,3%, ficando os restantes valores para viúvos, separados e outros de quem desconhecemos o respectivo enquadramento civil.

GRÁFICO N.º 2

DISTRIBUIÇÃO DE EMIGRANTES COM UM PASSAPORTE POR ESTADO CIVIL, SAÍDOS ENTRE 1835-1900



A análise desta variável, por décadas, permite-nos asseverar que, antes de meados da centúria, os cônjuges exibem um número inferior aos classificados por "viúvos e outros". Por outro lado, os adolescentes detêm mais de oitenta pontos percentuais, o que demonstra que, até meio de oitocentos, os fluxos são predominantemente jovens, celibatários e instruídos. O cenário altera-se ligeiramente nos anos cinquenta, quando os mais novos descem para baixo da casa dos oitenta pontos e os que tinham contraído núpcias sobem cima dos dezasseis casos em cem movimentos, como se constata através do gráfico 2. Estas cifras pouco se modificam, no período seguinte, embora os casados despontem com cerca de vinte casos em cada centena de embarques,

tendo-se contraído a secção dos viúvos/outros.

A evolução, na década de setenta, é bem notória, se considerarmos que os casados passam a registar 24,5%, enquanto os celibatários ficam nos 72,7%. Esta tendência é sistemática e os enlaçados matrimonialmente ganham espaço aos concorrentes mais novos que diminuem a representatividade em cerca de seis pontos, a partir da década de sessenta, de forma a encontrarmos, nos últimos dez anos de oitocentos, a distribuição seguinte: solteiros 62,6%, casados 33,9% e os restantes com 3,5%. Os fluxos vão-se alterando e configurando de acordo com a migração de grupos familiares.

Os que não tinham assumido responsabilidades maritais apresentam maior volume nos anos setenta, com destaque para o período de 1872 a 1875, enquanto os casados emergem mais intensamente no ano de 1895 e em vários momentos da década de setenta. Com números mais parcimoniosos, temos uma situação muito idêntica nos fluxos de viúvos. Registe-se, ainda, que os emigrantes solteiros dominam ano após ano o volume das saídas, como o gráfico 2 permite confirmar, contudo, em 1895, encontramo-nos perante caudais mais aproximados, embora os jovens anunciem sempre um quantitativo superior em todas as frentes.

O abandono da terra por gente casada, depois da grande movimentação entre 1873-1876, apresenta um volume digno de registo, embora haja quebras pronunciadas em 1877/78 e em 1885/86. A partir deste último ano, a saída desta gente origina uma imagem de êxodo intenso, como veremos em mais pormenor ao abordarmos a composição destas ausências.

Se as expressões quantitativas dos viúvos, juntos com outros de quem não foi possível apurar o respectivo estado, são menos volumosas, importa assinalar que a mobilidade anual difere dos ritmos anteriormente analisados. Estes números ostentam uma marca visível em três momentos: meados dos anos cinquenta, princípios da década de setenta e os últimos dez anos da centúria, onde as saídas do ano de 1895 ganham destaque.

Inferimos que os fluxos também se diferenciam pelo estado civil. Os anos noventa com maior presença de casados, especialmente do género feminino, e de celibatários do sexo masculino na década de setenta, sobre os quais daremos nota pormenorizada de seguida.

3.1. MOVIMENTO DE CELIBATÁRIOS ALFABETIZADOS

Representámos, no gráfico 2, os fluxos por estados civis, sem a composição dos caudais relativamente à cultura letrada. Para análise deste segmento, elaborámos outro gráfico com estas variáveis, onde constam: a

distribuição por anos de saída de instruídos, analfabetos e o grupo de "indeterminados". Deitaremos mão, simultaneamente, ao gráfico 2, cujos números servem para outras variáveis em estudo.

Os celibatários, até 1850, apresentam-se com perto de oitenta e nove por cento de instruídos relativos ao grupo, todavia, os totais de alfabetizados perdem impacto, à medida que o fluxo evolui com a presença de mais casados. Se os volumes de portadores de competências da cultura letrada acompanham os quantitativos do movimento, descobrimos para a década de noventa 51,3% de solteiros escolarizados, contra pouco mais de vinte e um ignorantes do abecedário em cada cem partidas, mas os de quem ignoramos o estado civil ganham expressão, ao somarem mais de vinte e sete pontos percentuais. Estamos, de novo, perante a saída de indivíduos na companhia de impetrantes de licenças colectivas.

Há anos em que os assinantes de documentos ficam aquém dos cinquenta por cento, como acontece entre 1889-1892. Tal constatação não significa a existência de um quadro dominado pelos destituídos de conhecimento das letras e incapacitados para a escrita, pois, para os mesmos anos, os que estavam declarados sem tais competências não chegam a atingir 33,5% do caudal.

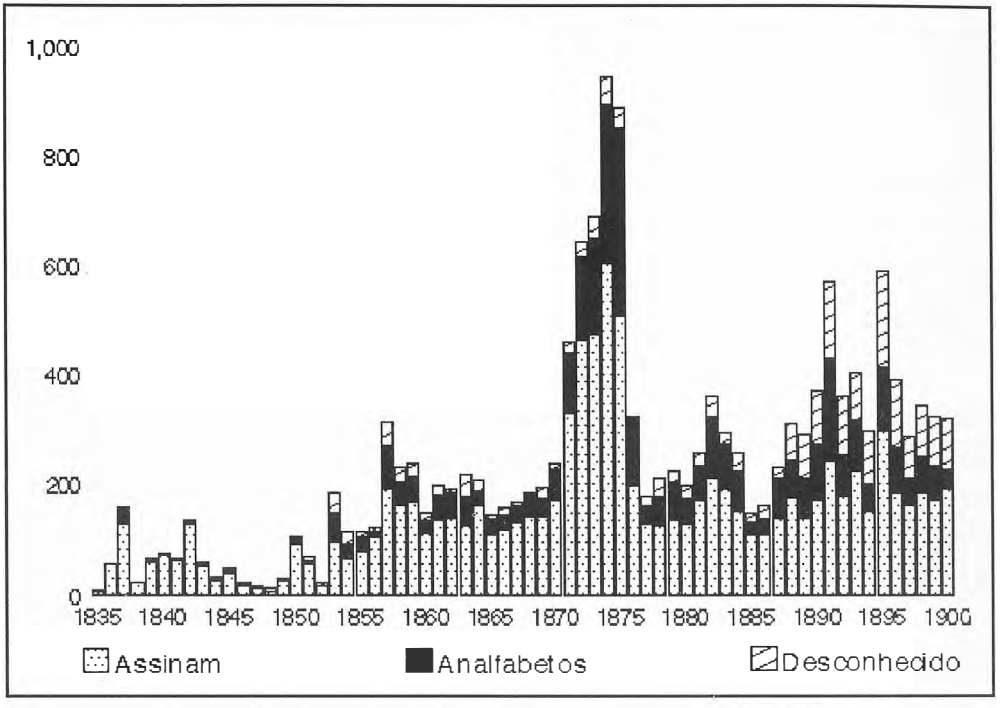
Em relação a solteiros ilustrados, podemos asseverar que os fluxos ostentam a presença de uma "elite" escolarizada, até à década de cinquenta, (jovens com assinatura de nível 1) e que as saídas deste grupo ainda mantêm elevado índice em 1872, ano onde encontramos mais de setenta e dois por cento de emigrantes habilitados pelas competências da leitura e da escrita. A partir do grande surto da década de setenta, os assinantes enfraquecem a presença, dando espaço aos de quem nada sabemos sobre tais aptidões, cenário mais acentuado nos finais da centúria, como temos sublinhado.

Os incapazes de usar a pena para grafar o nome engrossam o movimento dos solteiros e determinam os maiores índices em 1875/1876, anos onde se fazem representar, respectivamente, 37% e 39% indivíduos com este perfil. Mas, entre os solipsos, por oposição, a década de noventa ostenta como principal característica o embarque de pessoas de quem não foi dado a conhecer o perfil de cultura letrada, por terem embarcado na qualidade de acompanhantes de passaportes colectivos.

Podemos inferir que os picos mais pronunciados arrastam volumes de analfabetos, enquanto as correntes menos volumosas revelam que os solteiros que emigram pertenciam a grupos social e culturalmente destacados, como o atestam os números de assinaturas de jovens.

GRÁFICO N.º 3

EMIGRANTES SOLTEIROS POR ANOS DE AQUISIÇÃO DO PASSAPORTE E ALFABETIZAÇÃO, SAÍDOS ENTRE 1835-190



3.2. CONSORCIADOS POR ANOS E INDICADORES DE ALFABETIZAÇÃO

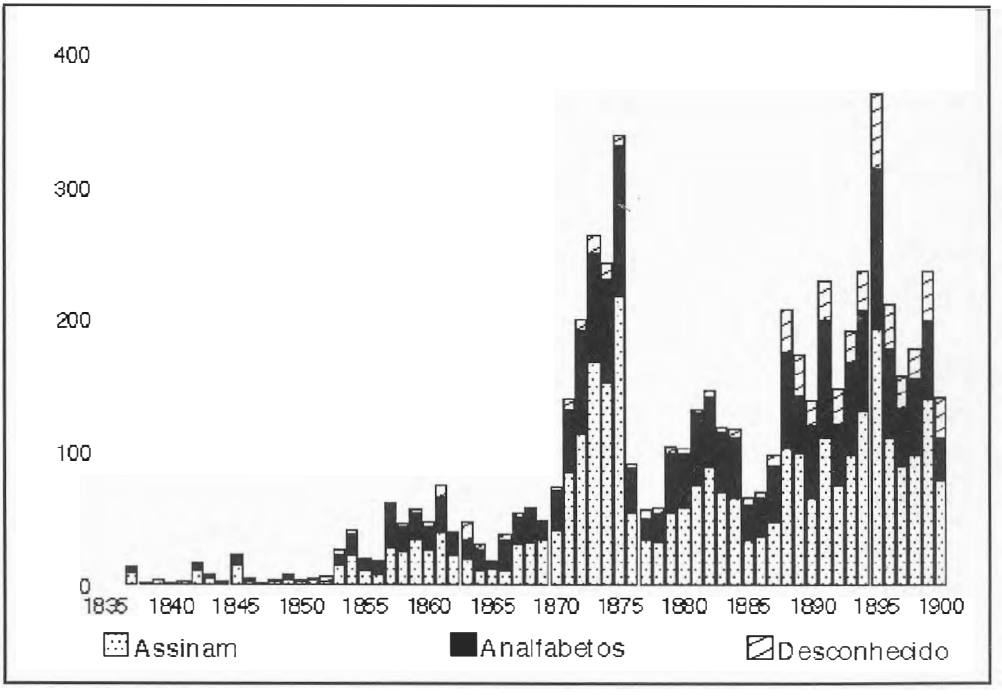
Tendo como ponto de partida a observação do gráfico 2, apuramos que os volumes de indivíduos com responsabilidades conjugais despontam com mais dinâmica nos períodos em que as saídas apresentam um caudal forte, como acontece nos anos de 1875 e 1895, a par de outros momentos, acompanhando a tendência dos fluxos. Esta ordenação é visível para os três grupos de emigrantes casados: os letrados, os analfabetos e de quem desconhecemos tais capacidades. Assim, é importante que façamos uma análise a estes movimentos, tendo em conta as percentagens relativas e destacando as fases mais representativas dos embarques.

O primeiro apontamento vai para a estabilidade existente nos valores globais por décadas, que pouco passam dos cinquenta e dois pontos relativamente aos instruídos. Os anos setenta surpreendem-nos, relativamente

a consorciados, por haver 60,6% de indivíduos com sinais claros de relação com a cultura letrada, da mesma forma como a meados de oitocentos estes requerentes de licença irrompem com 63,4% de habilitados para grafar documentos, contra 35,5% declaradamente classificados de ignorantes do abecedário.

GRÁFICO N.º 4

EMIGRANTES CASADOS POR ANOS DE AQUISIÇÃO DO PASSAPORTE E ALFABETIZAÇÃO, SAÍDOS ENTRE 1835-1900



O gráfico 4 deixa contemplar a distribuição e permite sublinhar a evasão destes fluxos, em vários momentos da década de setenta, como no triénio 1873-1875, com índices de instrução acima dos sessenta e três pontos, mas a percentagem mais expressiva ocorre para os que se ausentam em 1869, quando os esposos com nome grafado estão representados por sessenta e nove por cento.

Não parece haver uma lógica a presidir a tais cenários, se atentarmos que nem sempre os maiores caudais arrastam mais casados ignorantes do abecedário, como acontecia em relação aos celibatários. Ficamos a saber que nos anos cinquenta e em 1866 seguiram viagem muitos cônjuges desprovidos de capacidades para a escrita, momentos em que mais de metade figuram no

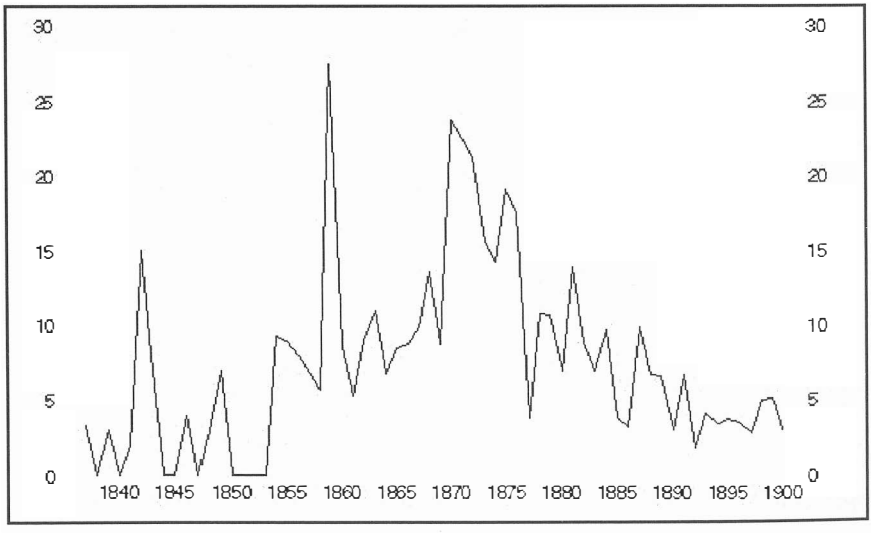
grupo dos iletrados. Ao contrário deste cenário, encontramos, nos dois últimos anos do século, representações muito baixas de indicadores de analfabetismo testemunhado, cujos índices andam na casa dos vinte e dois a vinte e cinco em cada cem embarques de consortes.

Assim, inferimos que casados e celibatários apresentam-se enquadrados na distribuição anual com fluxos onde as lógicas relativas à cultura letrada são diferentes. Aos primeiros, cabe uma faixa mais estável de instruídos, enquanto os solteiros patenteiam maior oscilação e uma tendência para menores volumes de saídas qualificadas, à medida que nos aproximamos do final da centúria.

No conjunto, a razão homens/mulheres casados passa cerca de seis vezes o total de mulheres, contudo, o gráfico 5 diz-nos que, depois do êxodo dos anos setenta, os desposados emigram sem as mulheres. Elas, passados oito a dez anos, aproximam-se dos consortes, desenhando-se uma curva idêntica e mais próxima do sexo masculino. Os ciclos observáveis neste rácio correspondem à resposta das esposas, que partem alguns anos depois dos maridos, mas, na década de noventa, arrastam toda a família nuclear para junto do marido.

Importante é termos concluído que os cônjuges com um só passaporte saldam a respectiva presença com mais de cinquenta e cinco por cento de ilustrados pelo abecedário, a que se juntam perto de trinta e cinco analfabetos em cada cem, cabendo o restante valor ao grupo dos de quem desconhecemos tal perfil.

GRÁFICO 5
RÁCIO HOMEM/MULHER COM UM PASSAPORTE ENTRE 1837-1900



Ao analisarmos uma outra variável, onde intervêm os consorciados de ambos os sexos, e ao procedermos à análise do rácio homens por mulheres, podemos asseverar que estamos perante modelos de abandono definitivo da terra[28], quando nos aproximamos do final da centúria, embora não seja uma emigração espontânea, pois os movimentos apresentam-se cuidadosamente planeados, mesmo quando estamos perante a saída de lares completos.

3.3. VIÚVOS, SEPARADOS E INDETERMINADOS

A opção que tomámos, em analisar um grupo separadamente dos casados e dos celibatários, onde incluímos 424 viúvos, 365 sem identificação do estado civil e 5 divorciados/separados, teve por base o reduzido cômputo de cada agrupamento, pois representam menos de oito centenas de emigrantes. Se parece pouco relevante o que se pode apurar relativamente a este conjunto de casos, importa salientar que continuamos a estar perante cerca de cinquenta e seis por cento de indivíduos capacitados para a leitura e escrita, contra menos de trinta e dois em cada cem formalmente declarados como destituídos de tais proficiências.

Os quantitativos anuais permitem-nos confirmar que, a partir de 1836, há elementos enquadrados neste segmento. Foi nos anos de 1874 e 1895 que descobrimos mais embarcados, com tal perfil, seguindo-se o fluxo pertencente a 1853 e 1898. Estamos perante parcas ocorrências, que acompanham de perto os vários picos de ausências e ciclos, embora nos anos quarenta e cinquenta encontremos, relativamente a este conjunto, uma presença digna de nota, como se confirma pelos valores representados no quadro 2. Os alfabetizados pouco ou nada alteram a representação gráfica, além de não se enxergar a lógica que preside à constituição destes movimentos. Há anos onde os iletrados não marcam presença, enquanto os momentos de fluxo mais forte também aqui são notados, mas os cômputos pouco interferem na formação da imagem geral.

A distribuição deste caudal, por indicadores de literacia, não é definida pelo volume destas evasões, se atendermos à existência de momentos muito instáveis, como o ano de 1891, cujo total de iletrados passa dos cinquenta e seis pontos, contra os trinta e nove de instruídos. A classificação não apresenta uma hierarquia uniforme, quando correlacionamos os impetrantes que firmaram o nome com os incapazes de gizarem as letras.

Por fim, devemos acentuar que este agregado apresenta características diferentes dos anteriores, considerando que os anos setenta são os mais ricos, relativamente à fuga de escolarizados, com 64%, aos quais se junta o caudal

ocorrido até 1850. Segue-se a década de oitenta com cerca de cinquenta e nove pontos percentuais. Além destas fases, todo o restante conjunto exibe menos de metade do volume confirmado como possidente de habilitação para a leitura e escrita.

Concluímos que este fluxo ostenta características específicas para cada estado civil e descobrimos que a diáspora de solteiros anuncia uma tendência para diminuição dos aspectos da cultura escrita, enquanto os casados detêm um perfil diferente, como que a indicar que nos finais da centúria os havia mais bem preparados[29] para enfrentarem as dificuldades impostas pela separação da família, por isso mais capacitados para a comunicação escrita do que nos princípios de oitocentos.

4. HOMENS E MULHERES PERANTE A DIÁSPORA

Estudada a distribuição por anos de obtenção de passaporte e estado civil, é importante, para compreensão destas evasões da terra, que retomemos os números das saídas e façamos uma análise por género, sempre num contexto de alfabetização e tendo o quadro 3 como suporte desta abordagem.

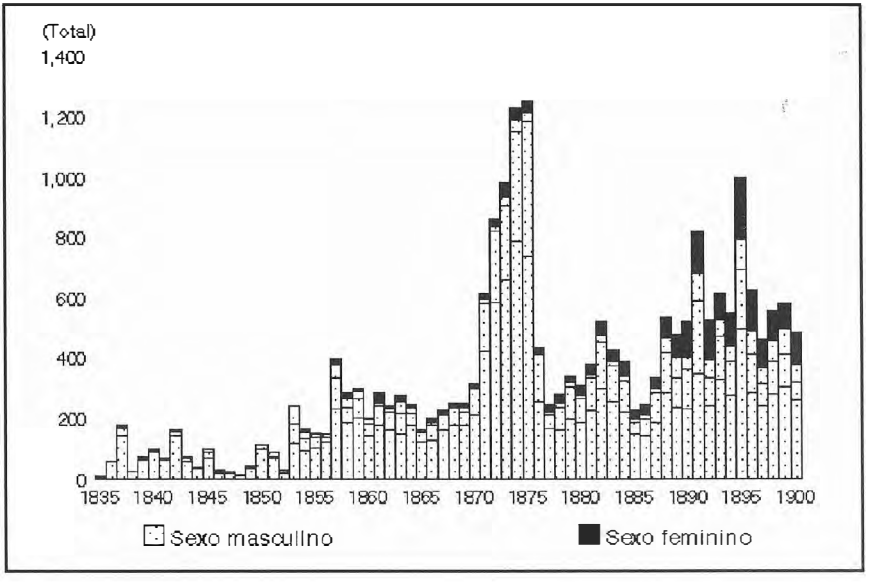
Com a representação gráfica do gráfico 6, descobrimos, facilmente, a existência de composições diferentes, se levarmos em linha de conta que as mulheres emergem nestes cenários a partir de meados da década de oitenta e que, em parte, são responsáveis pelo perfil da emigração do fim de século, quando os caudais revelam uma grande pressão de senhoras consorciadas[30].

[28] Neste exercício, onde se pretende observar a separação dos lares operada com a partida do masculino e a reunificação da família através do embarque de mulheres casadas, ficamos a saber se os volumes, de cônjuges de um e outro sexo, eram ou não aproximados. Assim, podemos depreender se estávamos ou não face a projectos de reagrupamento dos lares. Quanto mais os rácios se aproximarem do quociente 1 maior é a probabilidade de estarmos perante a diáspora de famílias e, quanto mais se afastarem deste valor, teremos, teoricamente, emigrantes embarcados com o imaginário do retorno. Este mesmo estudo elaborado por Jorge Alves mostrou cenários diferentes dos que nós apurámos, pois os últimos vinte anos da centúria apresentam indicadores da partida de casais, descendo abaixo no ponto 4 em quase toda a década de noventa, sendo 1892 o momentos mais crítico. Além do ano de 1859, a década de setenta não expulsa as casadas, pois a fuga é predominantemente liderada pelos homens, atingindo nos primeiros anos deste período mais de vinte pontos sobre as mulheres, quando no Porto rondam o indicador 8. Ver ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros, o.c.*, pp. 187-188.

[29] A educação de adultos e jovens com mais de catorze anos, que não tinham frequentado o ensino, teve um impulso através das escolas nocturnas. RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no século XIX, Contextos Migratórios, o.c.*, pp. 86-95.

[30] Este facto levou-nos a trabalhar separadamente a mobilidade do sexo feminino na nossa dissertação de Doutoramento, anteriormente citada.

GRÁFICO 6
DISTRIBUIÇÃO EMIGRANTES POR SEXO E ANO DE EMISSÃO DE PASSAPORTE ENTRE 1835-1900



É imperceptível o movimento feminino até à década de setenta e as poucas embarcadas estão maioritariamente enquadradas entre as declaradas ignorantes do alfabeto[31], as quais correspondem a mais de sessenta por cento, relativamente ao fluxo deste sexo até 1860.

Com o aumento do volume das levas, a partir dos anos oitenta, dilata-se a presença de mulheres ilustradas pelo abecedário[32]. Ao mesmo tempo, diminuem as não escolarizadas, todavia, o feminino de quem desconhecemos o respectivo estado de cultura letrada mantém índices que passam dos 51%.

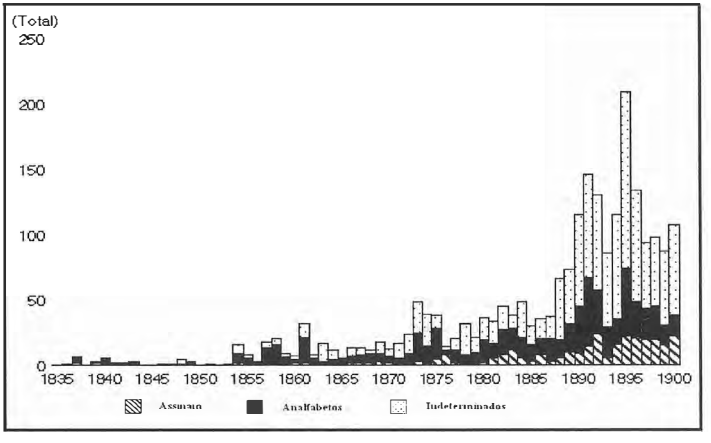
---

[31] Encontramos paralelismo entre os elevados índices de analfabetismo das mulheres portuguesas e espanholas como foi confirmado por BERRIO, Julio Ruiz – *Alfabetización y Modernización Social en la España del Primer Tercio del Siglo XX*, in ESCOLANO, Agustín (dirección) – *Leer y Escribir en España, Doscientos años de Alfabetización*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992, pp. 95-96.

[32] Temos, em 1900, para as maiores de cinco anos 10,8% de leitoras no Alto-Minho. A cota aponta para 22,7% de pessoas escolarizadas deste género, no concelho de Caminha, contudo, o crescimento entre 1878 e 1900 ficou pelos 4,8% relativamente a este sexo, no distrito de Viana do Castelo. O parque escolar para meninas, juntamente com os estabelecimentos mistos, em 1899-1900, era formado por trinta e quatro locais de ensino oficial e outros tantos do sector privado. Assim, contava-se com 68 escolas das primeiras letras, onde as raparigas podiam aprender a ler, escrever e contar, além das "*prendas*". Ver o estudo sobre esta problemática: "*Preocupações com a escolarização e evolução do parque escolar do Alto-Minho entre 1860-1900*" em RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no século XIX, o.c.,* Tomo I, pp. 70-148; RODRIGUES, Henrique – *Escolarização e Alfabetização no Alto-Minho na segunda metade do sec. XIX*, comunicação ao VII congresso da ADEH. Granada: Abril de 2004.

Nos últimos dez anos de oitocentos, esta tendência reafirma-se com o incremento das instruídas a subir para os 14,6%, contra 24,2% de analfabetas e as restantes 61,2% pertencentes ao grupo identificado por "indeterminado", quase sempre formado por crianças saídas na companhia dos progenitores, seja o pai ou a mãe.

GRÁFICO N.º 7
EMIGRAÇÃO DO SEXO FEMININO COM UM PASSAPORTE POR INDICADORES DE ALFABETIZAÇÃO, ENTRE 1836-1900



Ao examinarmos o gráfico 7, confirmamos que a evolução dos cômputos femininos é notória depois de 1888, momento em que as mulheres assinantes rubricam boa presença, mas o domínio cabe às de quem desconhecemos se eram capazes de firmar ou não o nome, de que destacamos o êxodo observado no ano de 1895, como a figura seguinte permite constatar[33].

Enquanto o feminino exibe maior fluxo conhecedor de letras nos finais da centúria, os homens manifestam-se com números absolutos proeminentes na década de setenta, contudo, entre estes, os que figuraram no quadro sem divisarmos o perfil de cultura letrada, "indeterminados", também saíram maioritariamente nos últimos anos do século, situação decorrente da fuga de lares onde intervêm elementos deste sexo que acompanham o portador do passaporte, geralmente o progenitor.

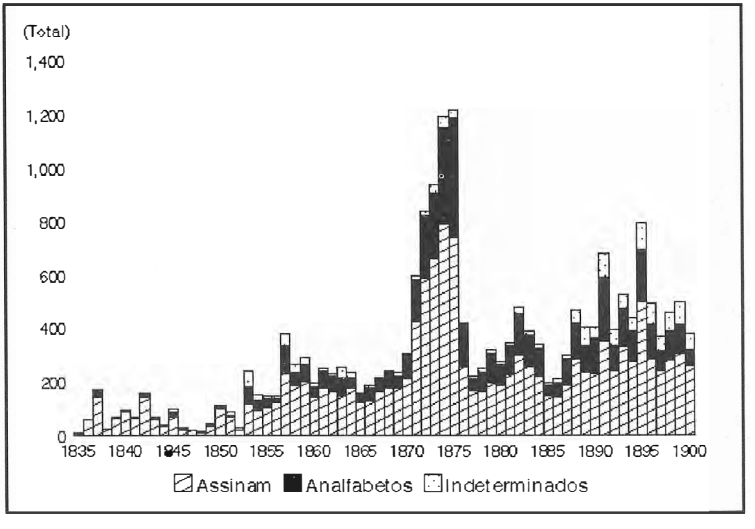
---

[33] Se o movimento feminino, com um passaporte emitido em Viana do Castelo, representa pouco mais de 10%, ao longo deste período, também é de assinalar a relação entre o fim da escravatura e o início da debandada de mulheres, quase sempre consorciadas. Neste contexto, importa sublinhar que estes rácios por sexo estão muito afastados dos que o recenseamento de 1929 aponta relativamente aos emigrantes do Mediterrâneo, (portugueses, italianos e espanhóis), que chega aos 34% de damas, como nos indica MENEZES, Lená Medeiros – *Os Indesejáveis, desclassificados da Modernidade*. [Rio de Janeiro]: EDUERJ - Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1996, p. 81.

A imagem do masculino pouco difere dos cenários de todo o caudal, mas, o gráfico 8 ajuda a visionarmos o fenómeno distribuído por homens instruídos, analfabetos e os "desconhecidos", correspondentes aos que não assinalaram se eram capazes ou não de grafar pela respectiva mão.

Por fim, confirmamos a existência de um movimento constante de pessoas instruídas, às quais se juntam outros indivíduos, muitos deles desprovidos da habilidade das letras, ou seja que os maiores volumes apresentam simultaneamente um acréscimo de mão-de-obra não "habilitada" aos quais se associam outros que não deixaram indicadores de alfabetização, especialmente na última fase do século XIX, quando mais mulheres e crianças acompanham o líder do casal, partindo todo o lar em direcção ao Brasil.

GRÁFICO N.º 8
DISTRIBUIÇÃO DO SEXO MASCULINO COM UM PASSAPORTE POR ANOS DE SAÍDA E INDICADORES DE ALFABETIZAÇÃO, ENTRE 1835-1900



4.1. GRUPOS ETÁRIOS

A classificação por sexos conduz-nos a um outro exercício, que consiste em procedermos ao enquadramento destes contingentes de acordo com as idades. Para o efeito, elaborámos o quadro 4, onde estruturámos o movimento por anos de idade, sexo e alfabetização, para estudo destas variáveis do fluxo. Do quadro referido, organizámos o gráfico 9 com os valores globais distribuídos em dois grupos: os menores de 26 anos e os adultos a partir desta

idade, sem a referência à literacia, para não corrermos o risco de pulverizar os números e porque não conseguiríamos conclusões abrangentes da emigração documentada com essas variáveis.

A primeira constatação leva-nos a assinalar a existência de dois modelos diferenciados na distribuição por grupos etários.

Os valores absolutos do masculino mostram-nos que os menores de dez anos ostentam maior pressão na década de noventa, especialmente em 1891 e em 1895. O mesmo acontece em relação às meninas deste grupo, como o quadro 4 e a figura 10 documentam.

Os varões que tinham entre 11 e 15 de idade não exibem a mesma tendência, se considerarmos que é na década de setenta que mais adolescentes abandonam o Noroeste de Portugal, enquanto as poucas raparigas autorizadas a seguir viajem despontam nos dois momentos referidos com maior quantitativo nos últimos dez anos da centúria, como já aludimos. O masculino patenteia uma tal intensidade cuja rubrica passa de vinte por cento das saídas deste sexo, o que se nota bem até meados dos anos setenta[34], momento em que os cômputos entram em fase clara de recessão.

Os adolescentes, aqui englobando rapazes dos dezasseis aos vinte, despontam a par dos colegas do grupo etário anterior, com emissões de passaportes mais volumosas até 1875. As maiores expressões ocorrem nos primeiros cinco anos da década setenta, mas, no cômputo geral, correspondem a 14,2%. Sublinhe-se que é nos finais de oitocentos que menos jovens desta cinta etária obtiveram passaporte. Registe-se, ainda, que o movimento de tais mancebos rubrica a maior percentagem até 1857[35] e tem um semblante reduzido no decurso dos anos noventa.

O corpo etário com maior impacto nos quantitativos, entre 1835 e 1900, é o dos jovens dos vinte a vinte e um anos. Estes homens lideram o fenómeno migratório e são responsáveis por 21,1% do cômputo masculino. A dinâmica das ausências de jovens adultos com mais de vinte anos é constante e percorre os anos setenta e noventa, com percentagens relativas superiores a 22,5%, a partir da década de sessenta.

---

[34] Se o movimento de minhotos, para o Brasil, corresponde a um surto intenso, o fluxo desmesurado deve-se, em boa parte, à saída de indivíduos naturais de outras terras que vieram a Viana do Castelo obter licença.

[35] Porque existem boas sínteses relativas à emigração e legislação que afecta os jovens maiores de dezoito anos até 1859 e com mais de catorze depois desta data, remetemos para RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, o.c.,* pp. 23-46; ALVES, Jorge Fernandes – *A Legislação sobre Emigração em Portugal (1645-1914),* in *Historia de la Población,* vol. I, IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, Pensamiento Demográfico, Coyntura y Microanálisis, Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Basco, 1999, pp. 33-50. Ver também COSTA, Afonso – *Estudos de economia nacional- I, O Problema da Emigração,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp.160-171; SILVA, Fernando Emygdio – *Emigração portuguesa.* Coimbra: França e Arménio Livreiros Editores, 1917, pp. 200-245;

O bloco dos 21 aos 25 de idade detém a terceira posição até 1860, salta para o segundo lugar entre 1861-1870 e lidera nos últimos trinta anos do período em estudo. Perante esta constatação, estamos autorizados a inferir que os embarcados expressam maiores variações e ritmos de envelhecimento à medida que nos aproximamos da passagem do século. Assente-se, ainda, que o quadriénio de 1872-1875[36], juntamente com o ano de 1895, forma um caudal de partidas cuja média anual é superior a duas centenas indivíduos[37].

As levas vão diminuindo, à medida que a idade dos impetrantes avança. Os homens dos 26 aos 30 representam 13,5% do giro migratório e apresentam-se com mais exuberância nos picos já apontados dos anos setenta e noventa. Nota-se, ao longo da centúria, uma presença cada vez maior destes adultos, que atingem, entre 1881 e 1890, perto de dezassete por cento dos embarques em estudo.

Depois dos trinta anos de idade, os números tornam-se cada vez mais parcimoniosos e a tendência é de quebra total, embora se presencie, desde 1835 até 1900, o enchimento dos caudais dos mais velhos. Este fenómeno empresta ao fluxo o indicador de envelhecimento. A última nota vai para os maiores de 45 anos, cujo total corresponde a 1240 movimentos masculinos com um passaporte, o equivalente a pouco mais de seis por cento do fluxo, com expressão mais relevante nos anos entre 1872 e 1875, seguindo-se os de 1891 e 1895.

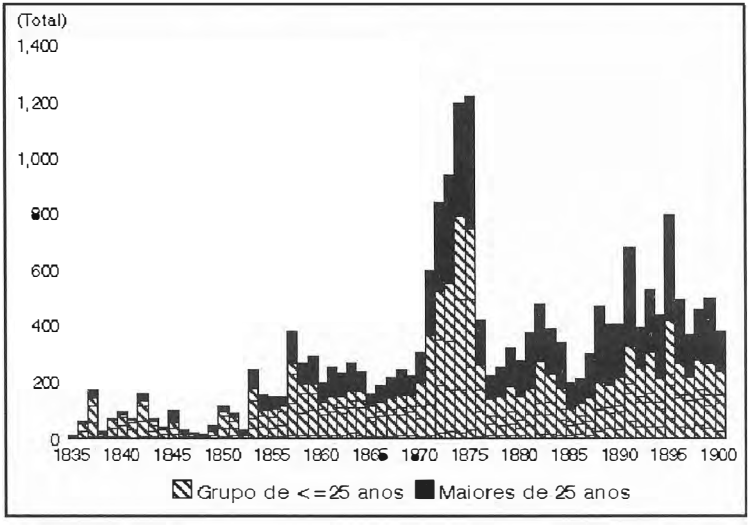
O gráfico 9 ajuda a explorar esta distribuição, através da qual se deslinda uma corrente masculina pautada pelo carácter jovem da pirâmide até 1856. Depois deste momento, a mancha formada pelos mais idosos rubrica boa expressão e atinge elevados quantitativos no primeiro lustro de setenta, todavia, os maiores de vinte e seis anos intensificam uma presença significativa, a partir de 1887, e são responsáveis por um caudal elevado e constante, cujos picos mais pronunciados correspondem à partida de homens adultos.

---

[36] Viana não foi excepção, pois acompanha a tendência apresentada para estes anos por MARTINS, Oliveira – *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 1956, p. 253.

[37] As dificuldades sentidas na agricultura e o lento desenvolvimento industrial são, em boa medida, responsáveis por estes surtos, mas a construção de vias de comunicação, especialmente dos caminhos-de-ferro, muito contribuíram para estas sangrias, como sublinha PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2ª edição. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983, pp. 33-34. SERRÃO, Joel – *Emigração*, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, dirigido por: SERRÃO, Joel, s.l.: Iniciativas Editoriais, 1975, pp. 366-370. Sobre o desenvolvimento e o atraso económico ver também REIS, Jaime – *A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913*, in «Análise Social», vol. XXIII, n.º 96. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp. ...; REIS, Jaime – *O Atraso Económico Português, 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993; CABRAL, Manuel Villlaverde – *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, 3ª ed.. Lisboa: Regra do Jogo, 1981.

GRÁFICO N.º 9
DISTRIBUIÇÃO DO SEXO MASCULINO
COM UM PASSAPORTE
POR GRUPOS ETÁRIOS SAÍDOS ENTRE 1835-1900



Os que partem com menos de vinte e seis anos constituem um fluxo que engrossa lentamente a partir de 1853, contudo, a torrente do primeiro quinquénio da década de setenta acelera essa tendência de enchimento e provoca depois uma quebra, que repõe um ritmo constante ao fluxo, todavia, cresce, de novo, até à passagem para novecentos. Perante tais elementos, concluímos que a juventude esteve sempre presente nestes ciclos migratórios.

A figuração gráfica dos maiores de vinte e cinco difere da que acabamos de descrever para os restantes, mas acompanha os ritmos, com picos mais intensos nos mesmos momentos, e provoca sangrias com marcas bem visíveis. A mocidade alimenta uma fuga de crescimento mais sustentado, porque se enquadra no contexto da emigração planeada e preparada para o sucesso.

Ao analisarmos o quadro 4, ao longo dos últimos anos em estudo, reparamos que os mais jovens não desenham a mesma imagem, porque correspondem a ausências inseridas em passaportes colectivos. Os rapazes dos onze aos quinze comparecem em maior número entre 1856 e 1876, data a partir da qual apresentam uma mancha quantitativa diminuta que se prolonga até 1888[38].

Os adolescentes, dos dezasseis aos vinte, emergem na segunda metade da década de setenta e destacam-se com valores relativos ao próprio grupo nos inícios de setenta, todavia, figuram com cifras discretas até finais de

oitocentos, como se a mobilidade documentada deste segmento etário não fosse autorizada ou estivesse submetida a uma política repressiva.

A presença dos homens disponibilizados do serviço militar, entre os vinte e um e os vinte e cinco anos, mais notada depois da crise económica dos anos cinquenta, acompanha a explosão dos anos setenta e mantêm uma contribuição confortável nos cômputos deste movimento.

Os adultos com mais de vinte e seis anos são responsáveis por uma ondulação instável e orientada para os momentos de grande intensidade nas deslocações[39], mas deixam perceber que optaram por abandonar a terra em momentos muito vincados, como são os vários anos de setenta, 1882, 1888, 1891 e 1895, com picos bem patenteados e definidores dos embarques[40]. Outro cenário muito idêntico ocorre com as ausências de varões dos trinta e um aos trinta e cinco, embora, como referimos, ostentem volumes mais definhados.

Se olharmos atentamente ao perfil quantitativo da distribuição por anos de saída dos mais velhos, na faixa etária seguinte (36-40) descobrimos que os impulsos para as viagens não têm o mesmo desenho, nem a mesma intensidade, pois só os anos de 1874 e 1895 aparecem com maior estatura, havendo uma movimentação pautada pelo equilíbrio, mas não se afastam dos momentos de grande mobilidade.

---

[38] Na verdade, a extinção da escravatura não vai apelar para a emigração de crianças instruídas, mas para a entrada de uma mão-de-obra que substitua os escravos adultos, assim se justifica a presença de outros grupos etários nestes movimentos.

[39] A crise vinícola impulsionou gente de todas as regiões e mesmo das «mais ricas de Portugal, havia districtos onde se ignorava o que fosse a emigração (...) no Douro a emigração era nula, mas esta, outr'ora, (sic) riquissima região está quasi despovoada e é doloroso o quadro que todas as semanas se presenceia nas estações do caminho de ferro (...) partem em procura de uma vida incerta, (...) é a miséria, é a fome que os leva a ir procurar meios de subsistência» diz a COMMISSÃO PARLAMENTAR para o Estudo da Emigração Portugueza, 1890-1892, Documentos Apresentados à Camara dos Senhores Deputados. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, pp. 10-11. Para uma visão de conjunto sobre a produção de vinho no Douro e as crises neste sector, ver MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*, (direcção e Prefácio de BARRETO, António). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1990; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o Vinho do Porto, de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, 1991. Um contributo dos mais valiosos sobre a Região do Douro, tem sido a publicação coordenada por PEREIRA, Gaspar Martins, desde 1996 e por Francisco Ribeiro da SILVA, a partir do volume 11, com o título *DOURO, Estudos e Documentos*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996/2003 de que deram a lume 15 tomos.

[40] São sintomas evidentes de crises sentidas pelos mais idosos, com responsabilidades no espaço doméstico, que originam estes movimentos. Esta situação também é visível relativamente aos que requereram passaporte no Porto, que têm no ano de 1872 o pico mais proeminente, enquanto que a idade média sobe durante essa década e passa mesmo dos trinta anos. ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros, o.c.,* pp. 361-362. Portugal atravessava uma fase de crescimento de preços, a que não está alheia a quebra de produção de trigo no triénio de 1874-1876, a escassa colheita de milho no Norte em 1875, a própria invasão da filoxera e as dificuldades resultantes da exportação de azeite. FONSECA, Fernando Taveira da – *Flutuações e Crises Económicas* in *História de Portugal*, quinto volume, direcção de MATTOSO, José, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 406. Este quadro também pode ser consultado em: JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional, Portugal 1810-1913*, vol. II. Lisboa: Vega, [1989], pp. 87-94.

Por fim, temos o masculino com mais de quarenta anos e menos de quarenta e seis, os quais revelam a vontade de abandonar a terra na década de noventa, embora também acompanhem o fluxo mais marcado destes movimentos, sendo eleito o ano de 1891, seguido pelo de 1873; depois vêm, pela ordem dos números, 1875, 1895 e 1874, o que nos atesta que tais sujeitos não foram tão influenciados nos anos setenta, como a grande maioria dos colegas de viagem, e apresentam ritmos de saídas intensas seguidas de quebras acentuadas nos respectivos movimentos.

Para os idosos, com mais de quarenta e cinco de idade, temos um gráfico com números equilibrados, sem grandes oscilações, se exceptuarmos os momentos mais vincados, que também se repercutem neste conjunto, contudo não se vislumbram quebras muito profundas, como apontámos para outras categorias.

Podemos concluir que os ritmos das distribuições de embarques do sexo masculino são diferentes para os vários grupos etários e todos acusam a intensidade observada nos anos setenta e noventa, de forma a emergirem, mais ou menos disfarçados, os ciclos destas emissões de passaportes. Sublinhe-se, ainda, que os jovens, à medida que subimos para o fim de oitocentos, diminuem a participação, enquanto os adultos rubricam maiores percentagens, no trânsito da centúria.

4.2. GRUPOS ETÁRIOS DO GÉNERO FEMININO

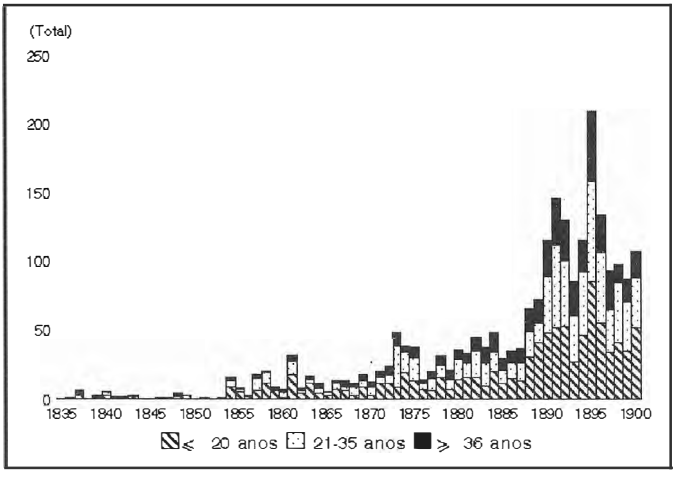
A distribuição, por conjuntos etários, põe-nos um problema, por sabermos que cento e seis casos não aparecem identificados relativamente à idade. Para efeito de cálculo, inserimos estes números entre os menores de dez anos, por nos parecer mais lógico que houvesse crianças. Desta opção resulta uma imagem que sobrevaloriza as mais jovens, mas, se nos afastarmos desta variável, podemos asseverar que o feminino é caracterizado por um movimento tardio, relativamente ao dos homens. As mulheres centram as travessias na ponta final de oitocentos, como se constata pelo quadro 4 e através do visualizado no gráfico 10.

Devido aos reduzidos elementos com que elas intervêm neste cenário, focaremos três faixas: as menores de vinte; dos vinte e um aos trinta e cinco; as restantes, com mais de trinta e seis anos de idade. Enquanto as jovens figuram distribuídas a partir de 1854, – num movimento ritmado por pequenos picos, sem realce para a década de setenta, revelam mais impacto a partir de 1888 (ano da extinção da escravatura no Brasil) – as mais idosas embarcam

em ciclos estáveis e com algum paralelismo nas curvas descritas. A pirâmide desenhada por este género é mais harmoniosa e tem o vértice em 1895. A progressão deste conjunto aparece mais sustentada, com variações pouco expressivas de ano para ano.

GRÁFICO N.º 10

MOVIMENTO DO SEXO FEMININO COM UM PASSAPORTE PORGRUPOS ETÁRIOS SAÍDOS ENTRE 1836-1900



As mulheres dos vinte e um aos trinta e cinco constituem um caudal irrelevante até 1873, ano correspondente ao início das movimentações deste grupo etário, embora tenham retraído as viagens de imediato e até 1880, data em que se nota o engrossar dos êxodos femininos. Os maiores quantitativos encontram-se no princípio dos anos noventa, especialmente em 1891 e 1895, períodos mais determinantes nas opções das esposas[41], quando elas agregam a família nuclear e abalam para junto ao marido, que tinha emigrado alguns anos antes, arrastando o restante do núcleo doméstico para o Brasil.

Ao explorarmos estas ausências em grupos etários mais reduzidos, como fizemos para o masculino, tendo como ponto de análise o teor do gráfico 10, concluímos que as crianças e as saídas sem idade registada rubricam maior impacto neste quadro, logo seguidas pelas jovens dos vinte e um aos vinte e cinco anos. Também apurámos a existência de um fluxo equilibrado, onde se

[41] A correspondência recebida em Portugal mostra as preocupações da família e de quem se encontrava no Brasil a sentir os efeitos da crise financeira. Assim, as mulheres aproximam-se dos maridos, embarcando com a prole, geralmente crianças muito novas. RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no século XIX*, vol. I, pp. 779-896.

encontram 51,1% com menos de vinte e seis anos, se não contabilizarmos as de quem não temos a idade e as inserirmos no grupo das mais velhas.

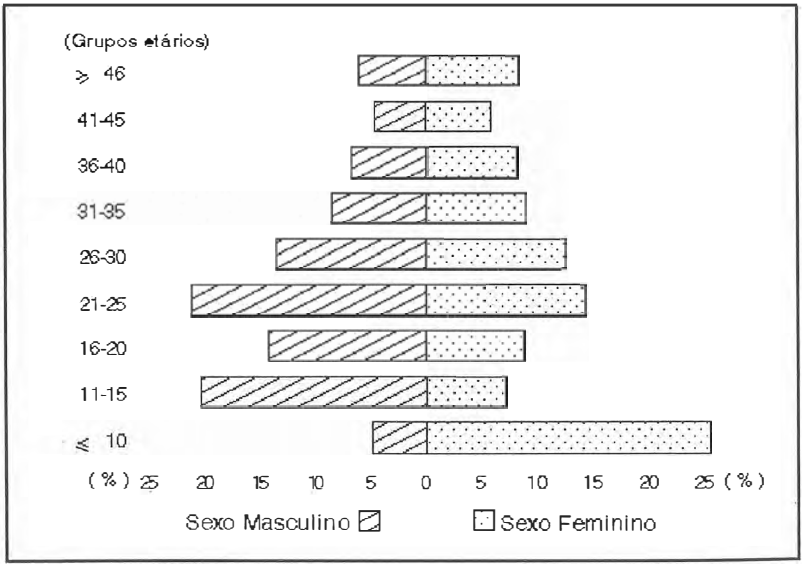
4.3. HOMENS E MULHERES POR IDADES ENTRE 1835-1900

A classificação e comparação deste fenómeno, por segmentos etários de ambos os géneros, foram cartografadas no gráfico 11, onde representamos indicadores dos números constantes nos quadros 4 e 5. Constata-se, facilmente, a existência de dois modelos de caudais, correspondentes a cada um dos sexos. No gráfico 11, temos percentagens relativas aos dois agrupamentos, de maneira a podermos cotejar ambos os tipos de partidas, à data da impetração da licença no Governo Civil de Viana do Castelo.

O masculino apresenta uma pirâmide com uma base formada pelos homens de 21/25, logo seguidos pelos adolescentes dos onze aos quinze anos. A terceira posição é ocupada pelos mancebos posicionados entre as referidas faixas e a quem os pais concederam a fiança militar e autorização de embarque. Deste enquadramento resulta uma mobilidade de carácter jovem, relativamente aos homens, como já tínhamos sublinhado.

GRÁFICO N.º 11

GRUPOS ETÁRIOS DE EMIGRANTES POR SEXOS, SAÍDOS COM UM PASSAPORTE ENTRE 1836-1900



A nossa observação permite-nos asseverar que a pirâmide dos homens se afunila à medida que os emigrantes mais idosos intervêm neste movimento, ou seja, a ancianidade dos homens faz com que eles desistam de projectos com o primeiro passaporte, donde resulta uma presença reduzida de gerontes nestes cômputos.

A conclusão que acabámos de extrair não se aplica ao feminino, pois encontrámos uma distribuição muito diferente até aos vinte e cinco anos, com uma estrutura da pirâmide menos afunilada e com poucas diferenças entre as mais idosas.

Se as crianças, juntamente com as mulheres de quem não sabemos a idade, rubricam uma percentagem muito elevada, o mesmo não é constatável relativamente às jovens com menos de vinte anos. As motivações dos rapazes e das raparigas eram diferentes e estas raramente se aventuravam em projectos migratórios individuais. Descobrimos uma relação entre estes números e os correspondentes às mulheres com mais de trinta e seis de idade.

Apura-se, para o feminino, uma estrutura piramidal truncada até à idade dos vinte, sendo mais consistente depois desta fase etária, o que nos permite asseverar que a emigração de mulheres corresponde a um fluxo mais envelhecido, enquanto o masculino está pautado pelo embarque de rapazes muito novos e jovens.

Elas partiam em grupos, com passaportes colectivos e com a finalidade de reorganizar a vida do casal, quando o marido não desejava regressar, ou estava impedido de o fazer, devido aos projectos traçados[42], ou mesmo para obviar problemas decorrentes do infortúnio[43]. Se uns tinham organizado negócios que os ocupavam intensamente no Brasil[44], outros estavam obrigados

---

[42] O sucesso de alguns emigrantes, as boas perspectivas de êxitos, os projectos de fortuna que alguns concebiam, obrigava-os a permanecer no Brasil, como se observa através das cartas. É o caso de porque «eu em três ou quatro não posso ir a essa terra e é a razão e em te mandar vir para a minha companhia e que venhas sem falta e se houver mais quem queira vir podem vir que cá se ganha dinheiro com fartura», diz Adriano Manuel de Lima Monteiro à esposa, Clara Afonso, natural de Merufe, Monção. Cf. *Processo do passaporte número 297*, datado de 7 de Abril de 1893. O receio de perder clientes e o negócio também figuram nestes quadros «porque eu já não posso ir tão cedo, porque se fosse perdia a casa, porque eu estou em um lugar de arranjar a minha vida, se Deus ma escrever» transmitia João António Silva, a 1 Maio de 1892 (Cf. carta do *processo do passaporte n.º 295* emitido em, 11 de Julho de 1892, em nome da esposa, Isabel Luísa Rodrigues).

[43] São várias as situações de insucesso declarado na correspondência, porém, o caso de João Costa deve-se ao facto de ter sido roubado, além de ter perdido dinheiro, situação muito gravosa, considerando os valores apresentados, por isso, diz: «Enquanto a ir para lá, as coisas têm andado muito ruins pois, depois da última carta que te escrevi, entre perdido e roubado tenho de menos um conto e quinhentos mil réis, afora 600$000 réis que me roubaram em Dezembro do ano passado e, em vista disto, não sei ainda quando poderei ir.» Cf. documento n.º 152, *Processo do passaporte número 12* datado de 4 de Janeiro de 1889, carta escrita no Rio de Janeiro, em 27 de Novembro de 1888 e enviada à esposa, Maria Catarina Costa, a residir em Vitorino de Piães, Ponte de Lima.

[44] O trecho que a seguir apresentamos é elucidativo e motivou a mulher a viajar num espaço de tempo muito curto, mediando, entre a escrita da carta e a emissão do passaporte, trinta e nove dias, porque «estes três anos eu não poderei ir ver-lhes (sic), porque as minhas ocupações são muitas,» situação que

a permanecer vários anos naquelas paragens[45], por infelicidade[46] ou para cumprimento de contratos de trabalho. Também havia consortes com problemas afectivos, devido à ausência da esposa e dos filhos; outros entendiam que os membros do lar reunidos no Brasil[47] tinham mais sucesso no cultivo do café[48] e no desempenho de outras actividades.

5. CONCLUSÃO

Podemos asseverar que a saída de emigrantes com passaporte para o Brasil, no decurso de oitocentos e a partir do ano de emissão de licenças nos Governos Civis, exibe uma marca indelével com a fuga de homens jovens preparados para o exercício de actividades comerciais. Os rapazes instruídos constituem os futuros quadros que contribuirão para a evolução do Brasil moderno, tendo Portugal ficado mais empobrecido pela saída de adolescentes que estudaram nas escolas públicas e privadas.

Os fluxos evoluíram com ciclos diferenciados ao longo das várias

se deve a ele ter «quatro carros de aluguer com cavalhadas, (sic), cinco embarcações de fretes, é dizer que se ocupa de carregar de mercadorias para o comércio e agora estou por comprar um vapor que me custará oito contos, para bem de facilitar a navegação.» Ver carta de João Baptista Vieira à esposa, Maria São José Vieira, de Seixas, Caminha, pertencente ao *Processo do Passaporte n.º 712*, emitido em 31 de Outubro de 1896.

[45] A simples ameaça de que não regressaria antes de uma década, ou mais tempo, de permanência no Brasil, leva as mulheres a fazer as malas a embarcar logo que podem, pois «enquanto tu dizeres-me que a tua prima que se está preparando para vir e tu dizes-me que te estás preparando para a minha chegada, podes esperar mais de dez anos ou mais. Saberás que já estou estabelecido com uma oficina e casa para tua chegada, mas como tu não queres vir eu não te obrigo já.» Ver carta de João Fernandes Ribeiro à esposa, Rosa Pires Maciel, de Darque, Viana do Castelo, inserida no *Processo do passaporte n.º 154*, emitido em 20 de Março de 1897.

[46] «Tenho a dizer-te que quero que venhas [tu] e os filhos para a minha companhia, já que eu não estou, pelo enquanto, em condições de ir para a vossa, pois a minha sorte tem sido pouco boa» Ver o documento n.º 1, *processo do passaporte número 87*, emitido em 21 de Fevereiro de 1900. Carta de José Maria da Silva à esposa, Clementina da Silva, natural de Lovelhe, Vila Nova de Cerveira, que se decidiu a partir volvidos 14 meses, pois a correspondência está datada de 20 de Dezembro de 1898.

[47] «Eu quero que venhas porque me resolvi a trabalhar em café que é o que hoje dá mais ganho e em três ou quatro anos não posso lá ir e por isso é que eu te mando vir e todos os mais que queiram vir podem vir que aqui se ganha bom dinheiro, principalmente vindo famílias inteiras.» Carta de José Afonso Palhares, escrita em 19 de Fevereiro de 1893 e dirigida à esposa, Zulmira Fernandes, de Merufe, Monção. Documento 108 pertencente ao *processo do passaporte n.º 310,* emitido em 7 de Abril de 1893.

[48] «O câmbio está cada vez pior, no qual eu esperava algumas melhoras com a grande abundância de café que houve este ano, contudo isso envio-te esta pequena quantia de quarenta e cinco mil, duzentos e vinte e cinco réis, que eu paguei aqui duzentos mil réis. E para veres como eu e teu filho Hipólito fazemos gosto que venhas e mais teus filhos. O que eu te peço e igualmente teu filho é que não tenhas medo do mar e que metas os pés ao caminho [por]que aqui quem trabalhar em breve pode ser a felicidade de todos, que havendo amor ao trabalho e saúde ganha-se muito dinheiro. Esta terra não é como essa cidade de Viana. Eu a capinar café tenho terreno para criar qualquer animal como: porcos, galinhas e mais aves e [ainda] tem terra. Tenho trabalhado bastante para vos mandar esse pouco dinheiro, mas [com] a vossa vinda, e se Deus nos ajudar, tenho a certeza que me aliviarei.» Cf. *Pública forma* de carta enviada por Guilherme Augusto Pereira à esposa, Maria Nazaré Pereira, natural de Monserrate, Viana do Castelo, para ir para o Rio de Janeiro com os filhos; Processo do passaporte n.º 386, emitido em 3 de Abril de 1895.

décadas. A presença feminina ganha destaque, juntamente com a fuga de mais homens adultos, à medida que nos aproximamos do final da centúria, dando origem à emigração de grupos familiares que se fixaram definitivamente no Brasil. Se os mancebos, menores de 18 anos, dominam todo o fenómeno até meados do século, a partir de 1850 emerge a mobilidade de adolescentes, com menos de catorze anos. Depois de 1859, estes jovens fugiam para terras de Vera Cruz pelos 12/13 anos. Se emigravam mais tarde, os pais tinham de custear as despesas resultantes da substituição, caso fossem sorteados para o serviço militar, ou eram obrigados a adiar a viagem para depois do cumprimento dos deveres referidos.

Depois dos anos oitenta, até ao final do período em estudo, o perfil mantém-se com muitas semelhanças, todavia, é entre as duas primeiras fases etárias (até aos 14 anos) que mais se evidencia o crescimento dos caudais, ao mesmo tempo que os mancebos ficam circunscritos a percentagens nunca antes registadas.

As mulheres, nos anos de maior pressão, desenham uma pirâmide muito disforme, pois os valores por grupos etários estão próximos uns dos outros, o que indicia a partida de grupos equilibrados, ou seja, não nos encontramos perante um modelo idêntico ao que apontámos para os homens, sendo os elementos do género feminino, juntamente com as crianças, o barómetro da emigração de núcleos domésticos.

As gerações nascidas na década de cinquenta, que partem durante a segunda metade de oitocentos, contribuem mais activamente para a emigração do sexo masculino escolarizado, enquanto as mulheres letradas têm marca mais proeminente entre as baptizadas nos anos sessenta.

A presença feminina é pouco perceptível antes de meados do século, especialmente quando falamos das saídas que ostentam competências de comunicação pelo escrito. O embarque de maiores volumes de homens incultos corresponde a grupos etários concebidos depois da década de quarenta[49], enquanto as mulheres têm alguma representatividade vinte anos depois, ou seja, as que foram procriadas nos anos sessenta[50], entre as que

---

[49] O parque escolar oficial, até 1845, era muito reduzido. A rede de ensino – após a criação do Liceu Nacional de Viana, em 1853, e com a implantação de várias escolas secundárias, entre elas uma para raparigas – teve um grande impulso neste período, como se confirma através de RODRIGUES, Henrique – *Escola e Família no Alto-Minho, séculos XVIII-XIX*, separata de «Revista Memoria», vol. 2, Ano 2. Viana do Castelo: Instituto Católico de Viana do Castelo, 1995, pp. 10-15.

[50] A evolução do parque, até 1866, não foi muito pródiga no distrito de Viana do Castelo, comparativamente a outros espaços nacionais, quer para o género masculino, quer para o feminino, como se observa em FREITAS, J. J. Rodrigues de – *Notice sur le Portugal*. Paris: Imp. Paul Dupont, 1867, pp. 140-141; Consideramos que a cada estabelecimento correspondia um mestre, porque ter escola ou professor eram sinónimos, afirma NÓVOA, António – *Le Lemps des Professeurs*, vol. I/II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 343-344.

saíram habilitadas com conhecimentos do abecedário. Este panorama é diferente, quando analisamos as iletradas, porque a mobilidade de maiores cômputos de mulheres sem instrução corresponde a pessoas geradas entre 1846 e 1860, todavia, os números mais elevados de senhoras incapazes de assinar pertencem às baptizadas no segundo lustro de cinquenta.

Os caudais, por anos de nascimento e estado civil, mostram movimentos de indivíduos procriados em períodos diferentes, assim como os indicadores de alfabetização ostentam uma marca mais proeminente entre os que viram a luz do dia após a implantação do parque escolar privado.

A composição destes surtos exibe, até meados de oitocentos, o domínio esmagador dos rapazes e mancebos[51], donde resulta uma pequena e insignificante parcela de adultos[52], e corresponde ao modelo de emigração planeada e programada para o êxito dos escolarizados. Trata-se de um fluxo estruturado tendo por base a evasão de jovens portugueses para o Brasil.

Se, na década de cinquenta, a partida é constituída, maioritariamente, por adolescentes e mancebos dos dezasseis aos vinte, os mais velhos ombreiam com o movimento de mais novos[53], devido à pressão económica provocada pela crise vitivinícola, embora os adolescentes continuem a destacar-se pelos cômputos mais elevados.

Na década de 1860, o impacto ocorre em redor dos menores de catorze anos, enquanto os varões dos dezasseis aos vinte ficam reduzidos a pouco mais de dez por cento[54]. É a viragem para a debandada de rapazes que, em devido tempo, contornavam a lei do serviço militar, fugindo para o Brasil. Neste período, aparecem as primeiras mulheres embarcadas para junto dos maridos que tinham partido durante a crise agrícola dos anos cinquenta.

---

[51] RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, o.c.,* pp. 59-64.

[52] Trata-se de evasões em direcção aos meios urbanos, porque as tarefas agrícolas continuavam entregues aos escravos, pois a saída de gente «desprovida de bens só deve ter ocorrido no decurso da segunda metade do século XIX», sublinha SERRÃO, Joel – *Emigração*, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II. s.l.: Iniciativas Editoriais, 1975, p. 366.

[53] Além da crise agrícola por nós referida, é importante sublinhar o efeito do engajamento que se fazia sentir, especialmente através da presença de embarcações vindas do Brasil para contratarem «athé 300 homens de 14 a 40 annos proprios para trabalho braçal e condusi-los para o Imperio do Brasil», cuja «passagem figurada de graça custa 240$000, quando paga aqui ou la custa em outros barcos e talvez neste de 20 a 24$000 réis» Cf. A.G.C., Ofício do Administrador do Concelho de Vila Nova de Cerveira, datado de 16 de Outubro de 1852, maço 1.15.4.9.3, doc. s.n. Ver também RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, o.c.,* pp 215-258, onde encontramos a transcrição de vários documentos sobre a problemática do engajamento.

[54] Esta alteração dos perfis está conjugada com a aplicação da carta de lei de 4 de Junho de 1859, através da qual a faixa etária, a partir dos 14 anos, estava sujeita aos regulamentos do serviço militar, o que antecipou a saída dos rapazes destinados ao Brasil, de forma a obviarem os pagamentos de fianças militares ou as respectivas substituições pagas, que no Alto-Minho chegaram a situar-se entre os 48$000 e os 80$000 réis, embora o valor da fiança fosse fixado em Janeiro de acordo com o preço médio das substituições do ano anterior. Cf. A.G.C., *Livros de Registos de Correspondência da Junta do Recrutamento, 1859-1862* e *Livros de Registos de Correspondência da Junta do Recrutamento 1856-1857*, fontes citadas em RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, o.c.*, pp. 40-41.

O perfil de quem fez uma só viagem documentada em Viana do Castelo, na década de setenta, altera-se, comparativamente aos momentos anteriores. A moda passa a ser propriedade dos homens da faixa dos 21/25 anos, o que é revelador do embarque de gente com capacidades físicas e intelectuais aptas para o desempenho de várias actividades. O feminino, pela primeira vez, desenha uma pirâmide de estrutura etária semelhante à do sexo oposto. Inferimos, desta forma, que os anos setenta são marcados por travessias pautadas pelos de idade adulta, quer no concernente a homens, quer no atinente às senhoras. O caudal continua forte e bem assinalado pelos homens que ultrapassaram a idade de mancebos, ao contrário do que nos foi dado a observar para os êxodos da década precedente.

Chegados aos anos oitenta, a tendência descrita para o período anterior (anos setenta) agrava-se, quando os jovens acusam uma participação parcimoniosa, especialmente os mancebos, que têm uma representação de 7,5% no processo migratório. Este valor corresponde a uma cota inferior a quase todos os grupos, pois só os de idade mais tenra e os que se encontram no primeiro lustro da casa dos quarenta anos ficam abaixo desta prestação. Os homens que abandonam a terra são cada vez mais maduros e responsáveis; assim, o perfil de quem sai nem sempre exibe as características próprias dos movimentos jovens e planeados. Deduzimos que esta década de oitenta é a menos procurada pelos varões adolescentes, donde o podermos classificá-lo como um período de fuga dos adultos e consorciados, os quais irão, mais tarde, atrair as células do núcleo doméstico, com a finalidade de reconstruírem os lares no Brasil.

As conclusões acabadas de expor, relativas aos anos oitenta, aplicam-se, grosso modo, para o final de oitocentos, embora os embarques do género feminino ostentem diferenças assinaláveis nos perfis descritos.

Para os homens, a estrutura da pirâmide apresenta-se mais equilibrada a partir dos vinte e um anos, todavia, pela primeira vez, emergem as crianças de tenra idade com um quantitativo digno de nota e uma percentagem nunca antes confirmada. Assim, assistimos ao embarque de elementos do sexo masculino muito jovens; ao mesmo tempo os adolescentes recuperam a segunda posição relativa à década em análise, com mais de dezoito por cento do volume. Mais surpreendente é a reduzida evasão de mancebos, que se fica pelos 5,7% deste segmento de análise.

Os homens intervêm nesta fase com níveis etários mais elevados, embora os menores de vinte e cinco anos continuem a marcar uma presença maioritária e bem expressiva com 55% dos cômputos dos dois últimos lustros do século XIX.

O feminino também se revela mais velho, com embarques constantes de mulheres dos vinte aos quarenta anos de idade, quase sempre senhoras com responsabilidades conjugais, que agora se juntam aos cônjuges saídos no período precedente, carregando com elas os rebentos que tinham ficado na paróquia.

QUADRO N.º 1
EMIGRANTES COM UM PASSAPORTE EMITIDO EM VIANA DO CASTELO ENTRE 1835-1900, POR NÍVEIS DE ASSINATURA E TIPOS DE ANALFABETISMO

Ano de Emissão	Assinam				Analfabetos				Indeterminados			Movimento Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Total	Tipo 4	Tipo 5	Total	
1835	2	5	0	7	0	2	0	2	0	0	0	9
1836	13	40	5	58	1	0	0	1	0	0	0	59
1837	28	102	13	143	31	0	0	31	2	1	3	177
1838	9	16	0	25	2	0	0	2	0	0	0	27
1839	18	48	1	67	2	0	0	2	3	0	3	72
1840	34	51	3	88	11	0	0	11	0	0	0	99
1841	25	37	2	64	4	0	0	4	1	0	1	69
1842	71	71	4	146	13	0	0	13	1	1	2	161
1843	28	31	1	60	10	0	0	10	0	2	2	72
1844	18	16	0	34	4	2	0	6	0	1	1	41
1845	13	55	2	70	11	8	0	19	6	4	10	99
1846	8	14	0	22	4	2	0	6	1	1	2	30
1847	8	12	1	21	1	1	0	2	0	0	0	23
1848	2	7	1	10	1	2	0	3	0	4	4	17
1849	16	16	2	34	6	3	0	9	0	3	3	46
1850	38	57	3	98	4	10	0	14	1	0	1	113
1851	30	36	3	69	1	6	0	7	1	13	14	90
1852	6	12	0	18	1	1	0	2	1	9	10	30
1853	34	78	4	116	63	3	0	66	20	40	60	242
1854	25	67	5	97	41	5	0	46	15	9	24	167
1855	26	69	8	103	39	2	0	41	9	2	11	155
1856	59	57	5	121	19	1	0	20	5	3	8	149
1857	83	118	31	232	103	13	0	116	42	8	50	398
1858	76	104	9	189	56	9	0	65	22	12	34	288
1859	87	103	14	204	57	10	0	67	23	4	27	298
1860	67	66	10	143	36	8	0	44	10	5	15	202
1861	110	61	7	178	66	14	2	82	14	10	24	284
1862	98	59	66	163	61	4	0	65	11	0	11	239
1863	86	52	10	148	60	9	3	72	19	35	54	274
1864	112	61	4	177	38	1	3	42	6	20	26	245
1865	83	35	5	123	35	1	0	36	5	1	6	165
1866	85	45	1	131	51	3	1	55	7	9	16	202
1867	100	61	6	167	51	0	0	51	7	4	11	229
1868	114	60	5	179	60	5	2	67	1	3	4	250
1869	102	70	10	182	40	5	3	48	14	8	22	252
1870	107	96	13	216	74	10	5	89	10	2	12	317
1871	177	236	12	425	151	5	6	162	17	11	28	615
1872	333	240	16	589	218	8	15	241	30	3	33	863
1873	253	378	34	665	255	2	8	265	32	21	53	983
1874	269	487	32	788	371	3	4	378	41	24	65	1231
1875	223	490	28	741	461	8	4	473	25	17	42	1256
1876	114	140	12	266	152	6	3	161	4	3	7	434
1877	75	86	7	168	52	2	1	55	14	7	21	244
1878	72	85	8	165	74	3	3	80	28	10	38	283
1879	91	96	11	198	107	6	2	115	15	14	29	342
1880	68	111	11	190	88	3	3	94	15	12	27	311
1881	112	134	14	260	113	5	4	122	13	13	26	408
1882	149	149	11	309	162	6	3	171	16	26	42	522
1883	150	107	12	269	124	7	0	131	12	15	27	427
1884	113	102	10	225	113	5	3	121	29	13	42	388

1885	81	61	8	150	51	1	2	54	13	9	22	226
1886	91	54	8	153	60	0	3	63	23	7	30	246
1887	96	91	3	190	110	5	0	115	17	13	30	335
1888	144	136	10	290	139	3	5	147	47	51	98	535
1890	115	116	10	241	156	11	0	167	67	45	112	520
1889	137	97	11	245	120	0	0	120	44	68	112	477
1891	164	187	12	363	273	13	7	293	97	71	168	824
1892	145	111	7	263	121	5	3	129	76	58	134	526
1893	175	146	12	333	160	6	4	170	61	50	111	614
1894	139	143	8	290	130	1	4	135	76	52	128	553
1895	295	210	13	518	246	3	3	252	151	81	232	1002
1896	150	145	11	306	149	1	6	156	102	60	162	624
1897	149	103	10	262	89	4	3	96	59	44	103	461
1898	145	147	7	299	122	1	10	133	83	39	122	554
1899	182	133	5	320	120	1	3	124	81	57	138	582
1900	181	99	3	283	74	1	0	75	74	54	128	486
Totais	6409	6708	550	13667	5618	265	131	6014	1619	1162	2781	22462

QUADRO N.º 2
DISTRIBUIÇÃO DE EMIGRANTES COM UM PASSAPORTE POR ESTADO CIVIL, ALFABETIZAÇÃO E ANO DE EMISSÃO, ENTRE 1835-1900

Ano de	Solteiros				Casados				Viúvos (*)			
Emissão	Assina	Analf.	Desc.	Total	Assina	Analf.	Indet.	Total	Assina	Analfa.	Indet.	Total
1835	7	2	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0
1836	57	1	0	58	0	0	0	0	1	0	0	1
1837	130	26	2	158	9	4	0	13	4	1	1	6
1838	22	1	0	23	1	0	0	1	2	1	0	3
1839	61	2	3	66	4	0	0	4	2	0	0	2
1840	72	3	0	75	0	1	0	1	16	7	0	23
1841	62	3	1	66	2	1	0	3	0	0	0	0
1842	128	7	2	137	11	5	0	16	7	1	0	8
1843	54	4	1	59	5	3	0	8	1	3	1	5
1844	28	5	1	34	1	1	0	2	5	0	0	5
1845	41	5	5	51	14	8	1	23	15	6	4	25
1846	17	3	2	22	2	3	0	5	3	0	0	3
1847	14	1	0	15	0	1	0	1	7	0	0	7
1848	6	2	4	12	3	1	0	4	1	0	0	1
1849	28	3	0	31	4	4	0	8	2	2	3	7
1850	92	12	1	105	3	1	0	4	3	1	0	4
1851	56	6	9	71	4	0	1	5	9	1	4	14
1852	16	2	5	23	2	0	4	6	0	0	1	1
1853	95	53	37	185	15	7	4	26	6	6	19	31
1854	68	26	22	116	23	16	2	41	6	4	0	10
1855	81	26	10	117	11	9	0	20	11	6	1	18
1856	107	10	7	124	8	9	1	18	6	1	0	7
1857	192	79	45	316	28	33	2	63	12	4	3	19
1858	163	42	28	233	25	19	3	47	1	4	3	8
1859	170	45	25	240	34	21	2	57	0	1	0	1
1860	113	24	11	148	26	18	4	48	4	2	0	6
1861	136	48	14	198	40	26	9	75	2	8	1	11
1862	139	46	9	194	22	16	2	40	2	3	0	5
1863	127	53	40	220	20	15	13	48	1	4	1	6
1864	164	26	18	208	11	15	5	31	2	1	3	6
1865	111	29	5	145	12	7	0	19	0	0	1	1
1866	118	29	11	158	11	24	4	39	2	2	1	5
1867	133	28	9	170	30	22	2	54	4	1	0	5
1868	144	40	3	187	32	25	1	58	3	2	0	5
1869	143	33	19	195	34	14	1	49	5	1	2	8
1870	174	56	10	240	41	31	2	74	1	2	0	3
1871	332	111	20	463	85	48	8	141	8	3	0	11
1872	464	153	26	643	114	79	7	200	11	9	0	20
1873	476	175	38	689	168	83	13	264	21	7	2	30

1874	605	291	51	947	153	78	12	243	30	9	2	41
1875	507	347	34	888	218	114	8	340	16	12	0	28
1876	199	123	4	326	54	35	3	92	13	3	0	16
1877	128	36	14	178	34	17	6	57	6	2	1	9
1878	127	53	31	211	33	21	5	59	5	6	2	13
1879	137	68	22	227	55	44	6	105	6	3	1	10
1880	128	49	22	199	59	40	5	104	3	5	0	8
1881	172	63	23	258	75	55	3	133	13	4	0	17
1882	211	115	35	361	89	53	6	148	9	3	1	13
1883	193	81	21	295	70	45	5	120	6	5	1	12
1884	154	71	35	260	66	45	7	118	5	5	0	10
1885	110	24	15	149	35	26	6	67	5	4	1	10
1886	108	30	26	164	37	30	4	71	8	3	0	11
1887	140	71	22	233	48	42	8	98	2	2	0	4
1888	176	70	66	312	104	72	32	208	10	5	0	15
1889	141	71	81	293	99	45	30	174	5	4	1	10
1890	171	106	94	371	67	54	18	139	3	7	0	10
1891	243	190	138	571	111	90	29	230	9	13	1	23
1892	178	78	107	363	76	46	27	149	9	5	0	14
1893	227	93	84	404	98	70	25	193	8	7	2	17
1894	153	50	95	298	131	77	30	238	6	8	3	17
1895	299	117	174	590	194	121	57	372	25	14	1	40
1896	187	82	123	392	111	68	34	213	8	6	5	19
1897	162	49	77	288	90	44	24	158	10	3	2	15
1898	186	66	92	344	98	59	22	179	15	8	8	31
1899	174	60	91	325	141	59	38	238	5	5	9	19
1900	192	38	92	322	79	32	31	142	12	5	5	22
Totais	9946	3712	2112	15773	3280	2052	572	5904	438	250	97	785

(*) Incluímos neste grupo 424 viúvos, 365 não identificados e 5 divorciados/separados judicialmente.

QUADRO N.º 3
DISTRIBUIÇÃO DE EMIGRANTES COM UM PASSAPORTE POR SEXO E INDICADORES DE ALFABETIZAÇÃO, ENTRE 1835-1900

Ano de Emissão	Sexo masculino				Sexo feminino				Movimento total			
	Assina	Analf.	Indet.	Total	Assina	Analf.	Indet.	Total	Assina	Analf.	Indet.	Total
1835	7	2	0	9	0	0	0	0	7	2	0	9
1836	57	1	0	58	1	0	0	1	58	1	0	59
1837	141	27	3	171	2	4	0	6	143	31	3	177
1838	25	2	0	27	0	0	0	0	25	2	0	27
1839	65	2	2	69	2	0	1	3	67	2	3	72
1840	87	7	0	94	1	4	0	5	88	11	0	99
1841	64	2	1	67	0	2	0	2	64	4	1	69
1842	145	12	2	159	1	1	0	2	146	13	2	161
1843	60	7	2	69	0	3	0	3	60	10	2	72
1844	34	6	1	41	0	0	0	0	34	6	1	41
1845	70	19	10	99	0	0	0	0	70	19	10	99
1846	22	5	2	29	0	1	0	1	22	6	2	30
1847	20	2	0	22	1	0	0	1	21	2	0	23
1848	10	2	1	13	0	1	3	4	10	3	4	17
1849	34	6	3	43	0	3	0	3	34	9	3	46
1850	98	14	1	113	0	0	0	0	98	14	1	113
1851	69	6	14	89	0	1	0	1	69	7	14	90
1852	18	2	10	30	0	0	0	0	18	2	10	30
1853	116	66	59	241	0	0	1	1	116	66	60	242
1854	95	39	17	151	2	7	7	16	97	46	24	167
1855	102	37	8	147	1	4	3	8	103	41	11	155
1856	121	18	7	146	0	2	1	3	121	20	8	149
1857	232	103	45	380	0	13	5	18	232	116	50	398
1858	188	50	30	268	1	15	4	20	189	65	34	288
1859	204	61	24	289	0	6	3	9	204	67	27	298

1860	141	42	12	195	2	2	3	7	143	44	15	202
1861	176	63	13	252	2	19	11	32	178	82	24	284
1862	163	60	8	231	0	5	3	8	163	65	11	239
1863	147	70	40	257	1	2	14	17	148	72	54	274
1864	177	38	19	234	0	4	7	11	177	42	26	245
1865	122	33	5	160	1	3	1	5	123	36	6	165
1866	129	50	10	189	2	5	6	13	131	55	16	202
1867	165	45	6	216	2	6	5	13	167	51	11	229
1868	177	60	2	239	2	7	2	11	179	67	4	250
1869	179	42	13	234	3	6	9	18	182	48	22	252
1870	214	84	7	305	2	5	5	12	216	89	12	317
1871	424	158	16	598	1	4	12	17	425	162	28	615
1872	588	233	18	839	1	8	15	24	589	241	33	863
1873	662	243	30	935	3	22	23	48	665	265	53	983
1874	787	364	41	1192	1	14	24	39	788	378	65	1231
1875	737	449	32	1218	4	24	10	38	741	473	42	1256
1876	258	158	4	420	8	3	3	14	266	161	7	434
1877	166	46	12	224	2	9	9	20	168	55	21	244
1878	164	73	14	251	1	7	24	32	165	80	38	283
1879	198	105	18	321	0	10	11	21	198	115	29	342
1880	188	77	10	275	2	17	17	36	190	94	27	311
1881	255	110	10	375	5	12	16	33	260	122	26	408
1882	301	152	24	477	8	19	18	45	309	171	42	522
1883	258	114	17	389	11	17	10	38	269	131	27	427
1884	220	105	15	340	5	16	27	48	225	121	42	388
1885	147	41	8	196	3	13	14	30	150	54	22	226
1886	145	51	15	211	8	12	15	35	153	63	30	246
1887	187	98	13	298	3	17	17	37	190	115	30	335
1888	285	133	51	469	5	14	47	66	290	147	98	535
1889	235	98	71	404	10	22	41	73	245	120	112	477
1890	232	131	42	405	9	36	70	115	241	167	112	520
1891	349	240	89	678	14	53	79	146	363	293	168	824
1892	239	96	61	396	24	33	73	130	263	129	134	526
1893	328	146	55	529	5	24	56	85	333	170	111	614
1894	274	116	48	438	16	19	80	115	290	135	128	553
1895	496	200	97	793	22	52	135	209	518	252	232	1002
1896	286	128	76	490	20	28	86	134	306	156	162	624
1897	243	72	53	368	19	24	50	93	262	96	103	461
1898	280	107	69	456	19	26	53	98	299	133	122	554
1899	305	108	82	495	15	16	56	87	320	124	138	582
1900	261	59	59	379	22	16	69	107	283	75	128	486
Totais	13372	5296	1527	20195	295	718	1254	2267	13667	6014	2781	22462

QUADRO N.º 4
DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES COM UM PASSAPORTE POR ANOS DE IDADE, SEXO E ALFABETIZAÇÃO, SAÍDOS ENTRE 1835 E 1900

Anos de Idade	Sexo masculino				Sexo feminino				Movimento total			
	Assina	Analf.	Indet.	Total	Assina	Analf.	Indet.	Total	Assina	Analf.	Indet.	Total
(*) 0	40	34	78	152	5	26	75	106	45	60	153	258
1	0	5	54	59	0	8	71	79	0	13	125	138
2	0	8	70	78	0	9	61	70	0	17	131	148
3	0	5	57	62	0	5	39	44	0	10	96	106
4	0	5	38	43	0	5	29	34	0	10	67	77
5	0	5	55	60	1	3	42	46	1	8	97	106
6	0	5	44	49	1	4	44	49	1	9	88	98
7	4	5	45	54	1	5	32	38	5	10	77	92
8	6	19	66	91	2	1	41	44	8	20	107	135
9	26	15	75	116	1	3	30	34	27	18	105	150
10	99	33	70	202	1	1	30	32	100	34	100	234
11	331	70	112	513	2	5	25	32	333	75	137	545
12	704	103	139	946	5	2	30	37	709	105	169	983
13	1242	150	141	1533	7	4	26	37	1249	154	167	1570

14	457	48	38	543	1	4	16	21	458	52	54	564
15	486	52	33	571	9	3	23	35	495	55	56	606
16	524	111	38	673	8	6	21	35	532	117	59	708
17	530	136	19	685	9	8	22	39	539	144	41	724
18	430	126	14	570	6	9	26	41	436	135	40	611
19	324	97	16	437	9	12	26	47	333	109	42	484
20	381	115	13	509	9	10	19	38	390	125	32	547
21	567	260	19	846	11	20	22	53	578	280	41	899
22	640	310	26	976	9	28	33	70	649	338	59	1046
23	517	335	34	886	10	22	25	57	527	357	59	943
24	520	273	22	815	13	31	30	74	533	304	52	889
25	473	240	21	734	12	24	37	73	485	264	58	807
26	428	224	19	671	6	24	23	53	434	248	42	724
2	358	176	11	545	15	29	16	60	373	205	27	605
2	356	192	13	561	9	37	33	79	365	229	46	640
2	332	151	15	498	9	16	13	38	341	167	28	536
30	281	159	10	450	15	17	24	56	296	176	34	506
31	243	159	19	421	5	18	17	40	248	177	36	461
32	233	117	13	363	12	12	17	41	245	129	30	404
33	186	102	5	293	9	17	17	43	195	119	22	336
34	195	124	8	327	6	19	19	44	201	143	27	371
35	188	109	6	303	5	20	11	36	193	129	17	339
36	219	119	6	344	9	18	17	44	228	137	23	388
37	177	85	10	272	6	18	16	40	183	103	26	312
38	170	96	2	268	5	21	13	39	175	117	15	307
39	139	86	2	227	4	10	10	24	143	96	12	251
40	184	85	5	274	7	16	18	41	191	101	23	315
41	120	83	4	207	3	14	6	23	123	97	10	230
42	124	73	4	201	4	6	17	27	128	79	21	228
43	116	64	0	180	4	12	10	26	120	76	10	206
44	131	43	0	174	4	11	9	24	135	54	9	198
45	117	48	8	173	7	11	15	33	124	59	23	206
46	86	52	3	141	3	8	6	17	89	60	9	158
47	60	36	5	101	2	11	4	17	62	47	9	118
48	74	31	1	106	2	12	6	20	76	43	7	126
49	66	49	1	116	0	6	5	11	66	55	6	127
50	78	44	4	126	1	11	5	17	79	55	9	143
51	39	22	1	62	5	5	2	12	44	27	3	74
52	37	33	2	72	0	5	2	7	37	38	4	79
53	42	33	1	76	0	3	0	3	42	36	1	79
54	38	22	0	60	3	4	3	10	41	26	3	70
55	35	23	5	63	0	2	0	2	35	25	5	65
>=56	219	91	7	317	3	47	25	75	222	138	32	392
Total	13372	5296	1527	20195	295	718	1254	2267	13667	6014	2781	22462

(*) Desconhecida a idade, embora alguns soubessem escrever e outros coabitassem no seio da família com elementos instruídos, foram integrados nos respectivos estados de alfabetização.

Fontes dos quadros e gráficos: Elaboração própria a partir do A.G.C., *Livros de Registos de Passaportes, 1835-1900.*